



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

Daiane Manuela Leal de Castro

**“ATUAÇÃO DA ONG AVSI NO AMBIENTE URBANO DE NOVOS
ALAGADOS - SALVADOR/BA.”**

SALVADOR, MARÇO DE 2003



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA - CAMPUS I
COLEGIADO DO CURSO DE URBANISMO

**“ATUAÇÃO DA ONG AVSI NO AMBIENTE URBANO DE NOVOS
ALAGADOS - SALVADOR/BA.”**

Orientanda: **Daiane Manuela Leal de Castro**

Orientadora: Rosali Braga Fernandes

Monografia apresentada ao Curso de Urbanismo, da Universidade do Estado da Bahia, para a obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Aprovada em 14. 03. 2003

Banca Examinadora

.....Prof^ª. Dr^ª Rosali Braga Fernandes

.....Prof^ª. MSc. Eline Viana Menezes

.....Prof^º. MSc. Vítor César Ribeiro Lopes

SALVADOR, MARÇO DE 2003

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu padrinho Valdemir, que contribuíram para a minha educação. Agradeço aos meus amigos, colegas e professores do curso de urbanismo. À minha orientadora Rosali Braga Fernandes por seu atento apoio, seu estímulo e sua amabilidade de sempre. Aos professores Clímaco Dias, Miriam Medina e Débora Nunes pelas sugestões de leitura, fundamentais para o desenvolvimento deste projeto. À minha amiga Margarete Lima. E a todos os que se dispuseram a me receber e a dedicar seu tempo, com boa vontade, para essa pesquisa, como Eli Mansur - representante da AVSI e Idelson Moura de Almeida – representante da Sociedade 1º de Maio - Associação dos Moradores de Novos Alagados.

DEDICATÓRIA

A todos os estudiosos do urbano e aqueles que lutam para que a cidade real se transforme em cidade ideal.

RESUMO

O presente trabalho analisa a atuação recente das organizações – não – governamentais em intervenções públicas no espaço urbano, em parceria com o poder público, destacando de que maneira a atuação dessas organizações pode introduzir mudanças qualitativas no processo de gestão urbana. Como exemplo, foi escolhido o trabalho desenvolvido pela ONG AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional) na comunidade de Novos Alagados, em Salvador – Ba. O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro, de uma forma geral, trata da origem, dos conceitos e características das ONG's, focalizando a formação dessas organizações na América latina. Em seguida, são apresentados algumas visões críticas sobre o tema, e o relacionamento com a cooperação internacional e o Estado. O segundo, refere-se ao perfil de Novos Alagados, à sua formação urbana, e às suas características – sócio-econômicas, principais problemas, etc. O terceiro e último capítulo faz uma abordagem sobre o histórico, os agentes financeiros e a metodologia da ONG AVSI, descreve as suas principais intervenções realizadas no Brasil e finalmente apresenta a sua atuação em Novos Alagados e a análise dos resultados desta intervenção.

SUMÁRIO

Lista de Figuras e Lista de Tabelas.....	06
Introdução.....	07
1. Capítulo I – Revisão da Literatura	
• 1.1. Origem, Principais Conceitos e Características das ONG’s.....	09
• 1.2. As ONG’s na América Latina.....	12
• 1.3. Campo de Atuação	15
• 1.4. Visões Críticas sobre as ONG’s.....	16
• 1.5. As ONG’s, a Cooperação Internacional, o Estado e as Tendências.....	19
2. Capítulo II - Novos Alagados	
• 2.1. Caracterização.....	24
• 2.1.1. Localização.....	24
• 2.1.2. Formação Urbana.....	24
• 2.1.3. Aspectos Sócio - Econômicos.....	26
• 2.1.4. Principais Problemas.....	28
• 2.1.5. Infra – Estrutura.....	31
• 2.1.6. Equipamentos Sociais Existentes	33
3. Capítulo III - A ONG AVSI	
• 3.1. Histórico.....	35
• 3.2. Principais Projetos Implementados pela AVSI no Brasil.....	36
• 3.3. Metodologia de Trabalho da AVSI.....	40
• 3.4. Atuação em Novos Alagados.....	41
• 3.5. Resultados da Intervenção	50
Considerações Finais.....	55
Referências Bibliográficas.....	59
Anexos.....	63

LISTA DE FIGURAS

Figura 2. 1 – Localização da Enseada do Cabrito.....	25
Figura 2. 2 – Degradação Ambiental.....	29
Figura 2. 3 – Exemplo de Palafita.....	30
Figura 3. 1 – Loteamento Araçás I.....	46
Figura 3. 2 – Loteamento Araçás II.....	46
Figura 3. 3 – Loteamento Nova Primavera.....	48
Figura 3. 4 – Loteamento Boiadeiro.....	49
Figura 3. 5 – Loteamento Nova Toster.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 2. 1. Densidade Habitacional Micro-Áreas de Novos Alagados.....	27
Tabela 2. 2. Indicadores Sócio – Econômicos.....	28
Tabela 2. 3. Padrão Habitacional.....	30
Tabela 2. 4. Modo de Distribuição de Água.....	32

INTRODUÇÃO

As organizações não - governamentais fazem parte do chamado terceiro setor, e são entidades privadas sem fins lucrativos voltadas para o trabalho social e público, visando o bem - estar coletivo. De acordo com este conceito, pode-se dizer que fazem parte dessa categoria, diversas instituições com objetos distintos, como a filantropia, assessoria técnica, defesa a determinados grupos, reivindicação junto a população, proteção ambiental, etc (MOURA, 1999).

A expressão ONG surgiu nos finais dos anos 40, pela primeira vez em documentos das Nações Unidas, referindo-se a um conjunto amplo e pouco definido de instituições, atuando nos quatro cantos do mundo, através de ajuda aos processos de desenvolvimento e reconstrução do pós - Segunda Guerra. Em 1945, na Ata de Constituição das Nações Unidas, as Organizações Não Governamentais foram citadas, sendo que o Conselho Econômico e Social da ONU poderia estabelecer consultorias com essas organizações (Nações Unidas, 1977, *apud* LADIM, 1993: 11).

Atualmente, essas entidades, de uma forma geral, vêm ganhando destaque, e visibilidade. O Estado diante de suas deficiências e faltas em relação à responsabilidade pelo bem - estar social das comunidades, e a sua retirada dos encargos da prestação de serviços sociais, está contribuindo para o aumento paulatino de iniciativas da sociedade civil para enfrentar essas questões.

Na América Latina, as ONG's surgiram nos anos 70 e 80 e estavam preocupadas com a transformação social. No Brasil, na década de 80, ocorre a expansão e formação de ONG's brasileiras. No período da Constituinte (1986 - 1988), houve a participação de ONG's juntamente com setores populares no Fórum de Reforma Urbana.

A Constituição de 1988 permitiu a introdução de uma gestão descentralizada e democrática, estabelecendo a participação da sociedade civil nos processos de gestão, fiscalização e controle da ação pública, através da criação dos Conselhos.

Com a descentralização, aos municípios foram repassadas muitas ações anteriormente sob a responsabilidade das esferas estaduais e da união. Essa municipalização pode ser entendida não somente como a transferência de competências para a esfera do governo municipal, mais também como delegação às ONG's para incorporar alguns programas, particularmente nas áreas de educação, da assistência social, e mais recentemente da habitacional.

Na década de 90, essas organizações continuam se multiplicando e ampliam a sua atuação, se preocupam com a renovação do espaço público urbano, através da implantação de projetos de desenvolvimento, em parceria com o Estado, o qual passa a trabalhar em conjunto com as mesmas e financiando projetos por elas desenvolvidos, que incorporam questões como cidadania, a humanização do capitalismo e, a superação da pobreza.

Diante da problemática das esferas de atuações de ONG's, a presente pesquisa propõe a realização de um estudo de caso sobre a intervenção física, na área habitacional, com a participação da ONG AVSI (Associação Voluntários para o Serviço Internacional). Ela elaborou e implementou um projeto de recuperação em Novos Alagados, em parceria com o Governo do Estado da Bahia. O trabalho focaliza os resultados da sua atuação e de que maneira esta sistemática pode contribuir para a construção de formas inovadoras de gestão urbana, comprometidas com uma maior democracia e justiça social.

Por tratar-se de um estudo de caso, a metodologia utilizada para a realização desta pesquisa, foi a hipotética dedutiva, envolvendo a coleta de dados, através de periódicos como jornais e revistas científicas, bem como leituras de livros. Em seguida foram feitas visitas a sede da ONG AVSI, para a obtenção de informações sobre o trabalho da mesma, mediante conversas com seus principais representantes. Depois, também foram feitas visitas a campo na localidade de Novos Alagados, onde foi entrevistado um líder da associação de moradores e foram feitas observações, e interpretações sobre as ações da referida ONG.

1. Capítulo I – Revisão da Literatura

1.1. Origem, Principais Conceitos e Características das ONG's

O trabalho voluntário que visa o bem - estar comum, ajudar e satisfazer determinados grupos sociais, não constituem elementos novos, o antigo trabalho assistencial da Igreja, é um exemplo. Na Europa medieval, durante as epidemias, eram criadas estruturas como albergues, onde voluntários cuidavam dos doentes; no século XVII, na Europa, existiam associações voluntárias dedicadas ao desenvolvimento e divulgação de idéias democráticas (MOURA, 1999, p. 17). Essas organizações poderiam, então, ser denominadas de não - governamentais, por realizarem trabalhos independentes da intervenção do Estado.

Entretanto, o termo ONG surgiu no final dos anos 40, em documentos das Nações Unidas, englobando um conjunto de instituições amplas e pouco definidas. Em 1945, as Organizações Não Governamentais foram mencionadas na Ata de Constituição das Nações Unidas, sendo que o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da Organização das Nações Unidas (ONU), poderia estabelecer consultorias com essas instituições (NAÇÕES UNIDAS, 1977, *apud* LADIM, 1993, p. 11).

Em 1948, a ONU criou o Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento, que funcionava através de entidades não governamentais, financiadas com recursos de órgãos públicos, para a execução de projetos de interesse social visando o desenvolvimento e reconstrução, no período pós – Segunda Guerra (GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 207). Esse termo foi trazido pelas agências de financiamento internacionais, para denominar as organizações não - governamentais nos países em desenvolvimento, responsáveis pela implementação de projetos em organizações de base (SCHERER – WARREN, 1999, p. 43).

O ECOSOC regulamentou o mecanismo de consulta com as ONG's, pela resolução de 21.06.1946. Definindo organizações não - governamentais como todas

aquelas não estabelecidas por acordo intergovernamental. Expandindo sua definição, o ECOSOC passou a englobar as organizações não estabelecidas por entidade governamental, com a resolução 1996 / 31, de 25. 07. 1996 (TAVARES, p. 17 - 18).

Esta definição é considerada muito ampla, a expressão não - governamental abrange qualquer organização de natureza não - estatal, “traz a marca da polissemia e, portanto, da possibilidade de usos diferenciados, por grupos diversos” (LADIM, 1993, p. 61).

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações - Não Governamentais) alerta para o fato de que, do ponto de vista jurídico, o termo ONG não é definido por lei, mas, as ONG's podem constituir-se como associação (união de pessoas para uma causa ou objetivos sociais comuns – Art.53) ou fundação (pessoa jurídica constituída a partir de um patrimônio destinado por uma pessoa física ou jurídica, para a realização de um fim social e determinado – Art.62) sem fins lucrativos. Mas, do ponto de vista político, nem toda organização privada não - lucrativa é uma ONG, como entidades representativas de associação ou de interesses profissionais, sindicatos, clubes esportivos e recreativos, hospitais privados, movimentos sociais, entidades ecumênicas, entidades filantrópicas e assistencialistas, de perfil tradicional e fundações empresariais. Estas organizações possuem objetivos e perspectivas de atuação social muito distintas (ABONG, 2002).

A ABONG traça o perfil das ONG's da seguinte forma

(...) servem desinteressadamente à comunidade, realizam um trabalho educacional de promoção da cidadania e defesa dos direitos coletivos, contribuem para o fortalecimento dos movimentos sociais e para a formação de suas lideranças visando à constituição e pleno exercício de novos direitos sociais, incentivam e subsidiam a participação popular na formulação e implementação de políticas públicas, destacando-se por sua intervenção no espaço público (ABONG, 1993, *apud* LADIM, 1993, p. 27).

As ONG's integram o terceiro setor (expressão criada nos Estados Unidos, país que tem tradição no trabalho voluntário, para identificar a esfera pública não – estatal, diferenciando-se do primeiro setor, o Estado e do segundo setor, o mercado) - o qual, é representado por diversas organizações da sociedade civil com fins públicos não lucrativos, e têm como finalidade o bem - estar coletivo. Neste setor coexistem ações de filantropia por grupos religiosos, laicos, mais recentemente de filantropia empresarial, de defesa a determinados grupos, de proteção ao meio ambiente, entre outras (MOURA, 1999, p. 17 - 18).

Scherer - Warren conceitua as ONG's como associações coletivas privadas, sem fins lucrativos, que possuem alguma institucionalidade, realizam atividades de caráter público, o seu conselho diretor é formado por voluntários, diferenciam – se do Estado, e do mercado e se assemelham com a sociedade civil, representada por organizações recreativas ou de assistência social, e as que atuam nas políticas públicas e na politização do social (SCHERER – WARREN, 1999, p. 31).

Para Scherer - Warren, as ONG's fazem parte das associações civis, as quais representam uma das categorias dos movimentos sociais.

O movimento social é a síntese de múltiplas práticas, produto das articulações de sujeitos e associações civis. O sujeito social refere-se à relação de responsabilidade e de autocriatividade positiva, que o indivíduo estabelece consigo mesmo e com a sociedade em que vive. As associações civis são formas organizadas de ações coletivas, localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais, em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direito de cidadania, reconstrução comunitária, etc. Inclui-se nessas, as associações de moradores, ONG's, grupos de jovens, mulheres, étnicos, ecologistas e outros (SCHERER - WARREN, 1999, p. 15 – 16).

As ONG's se diferem do Estado quanto à escala, por serem microorganizações e coincidem quanto à natureza dos serviços (serviços públicos). Os seus funcionários “são treinados para pensar de maneira estratégica, em como atender a demandas socioculturais não satisfeitas pelo mercado... são instados a internalizar a pergunta sobre o significado para as políticas públicas de cada projeto em que estejam envolvidos, por mais localizado que este projeto seja” (FERNANDES, 1994, p. 66).

Sendo qualificadas, juridicamente, como sociedades sem fins lucrativos, possuem imunidade fiscal; o artigo 150 da Constituição não permite a instituição de impostos sobre as instituições, sem fins lucrativos. E de acordo com o Regulamento do Imposto de Renda - Artigo 126, as instituições de educação e as de assistência social, as sociedades e fundações de caráter filantrópico, beneficente, caritativo, científico, cultural, instrutivo, literário, recreativo, esportivo e as associações e os sindicatos estão isentas de declarar imposto de renda (LANDIM, 1993, p. 20 - 21).

1. 2. As ONG's na América Latina

Na América Latina, nos anos 70, houve a emergência de ONG's, sendo que 68% apareceram após 1975, 17% em 1950/1960 e 15% nas décadas anteriores, de uma forma proporcional. A despeito disto, o reconhecimento das ONG's enquanto tais, só ocorreu na segunda metade dos anos 80 (FERNANDES, 1994, p. 69 - 70). É quando as organizações começaram a se denominar ONG's. No Brasil, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE (1961), o Instituto de Estudos da Religião - ISER (1970), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI (1974) são as mais antigas ONG's (MEDINA, 1997, p. 116).

As ONG's latino - americanas surgiram da relação entre os movimentos sociais e as agências de cooperação internacional nos anos 70 e 80, que os financiavam. A relação com essas agências, no período ditatorial, eram relações sigilosas, principalmente na defesa dos direitos dos presos políticos. Entretanto, as agências de cooperação precisavam realizar parcerias locais para a formulação de projetos, acompanhamento e prestação de contas, era necessária uma estabilidade institucional desses movimentos sociais, que deveriam se constituir em pessoas jurídicas, para que as agências de cooperação pudessem estabelecer relações diretas e regulares. Dessa forma surgiram as ONG's latinas propriamente ditas, como parceiras da cooperação internacional para apoiar as ações comunitárias e os movimentos de promoção social (FERNANDES, 1994, p. 79 – 80).

As primeiras ONG's na América Latina estavam vinculadas aos centros de pesquisas à margem das universidades, (as quais, estavam subordinadas a pressões do Estado autoritário), à educação popular paralela a da escola oficial, aos grupos de apoio aos movimentos sociais (FERNANDES, 1994, p. 67). No Brasil, as primeiras ONG's realizaram trabalhos assistencialistas vinculados à igreja¹, no campo da educação popular e promoção social (MEDINA, 1997, p. 117).

Nos anos 80, o número de ONG's cresce de uma forma acelerada, o que é justificado: pela redemocratização dos países latino - americanos, permitindo a abertura de espaços para a criação de várias organizações; pela facilidade de se obter financiamentos, através das agências de cooperação; e pelo desemprego, que incentivou jovens recém formados a criar ONG's como uma alternativa de ocupação (MEDINA, p. 117). Também foram alternativas para técnicos desempregados, na época da ditadura, que trabalhavam em políticas sociais e de políticos exilados (GORDILHO – SOUZA, 1997, p. 211).

Em 1988, o Instituto Superior de Estudos da Religião - ISER, fez o primeiro levantamento sobre ONG's brasileiras, foi constatada a presença de 1010 (mil e dez) ONG's no Brasil, 422 organizações ligadas ao serviço do movimento popular, 185 organizações de mulheres e 403 ecológicas (LADIM, 1988, *apud* MEDINA, 1997, p. 122). Em 1994, de acordo com dados publicados pela revista *Veja*, esse número passa para 5 mil, sendo que 40% estavam voltadas para problemática ecológica, 17% para movimentos populares, e em ordem decrescente, para o direito da mulher, preconceito racial, crianças carentes, AIDS, índios e outros. Essas organizações movimentaram 700 milhões de dólares por ano (soma do PIB do Acre, Roraima, Amapá e Tocantins). E com relação aos seus integrantes, nem todos são voluntários, 76% vivem do trabalho dessas organizações, sendo que 87% possuem formação universitária (*Veja*, 9/02/1994, *apud* GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 210).

¹ Como ocorreu com a FASE, vinculada ao trabalho social da igreja, prestando assessoria às Dioceses e Paróquias, para a implementação de Projetos de Desenvolvimento (LADIM *apud* Medina, 1997, p. 117).

Gordilho também afirma que esse aumento do trabalho remunerado pode ser explicado pela facilidade em obter financiamento estrangeiro para programas sociais, e pela diminuição do número de empregados no Estado, o que permitiu a entrada de profissionais liberais nas ONG's (GORDILHO – SOUZA, 1997, p. 211-212).

Em 1991, as ONG's brasileiras aumentam a sua representatividade política com a criação da Associação Brasileira de Organizações Não - Governamentais – ABONG.

Para Petras, os ideólogos do Neoliberalismo foram os principais responsáveis pelo aumento e fortalecimento das ONG's, como forma de conter as tensões sociais.

Os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela “de baixo”, a promoção de organizações “comunitárias de base” com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflituosas, para criar um “amortecedor social”. Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com os movimentos sócio-políticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Na década de 1990, havia milhares dessas organizações descritas como sendo “não governamentais”, as quais recebiam por volta de 4 bilhões no mundo todo (PETRAS, 1996, *apud* MEDINA, 1997, p. 118).

Essas organizações, de uma forma geral, vêm ganhando destaque, principalmente as ONG's voltadas para o desenvolvimento²². Um dos motivos deste crescimento está relacionado ao questionamento da falta da capacidade do Estado em atender sozinho os problemas sócio - econômicos, e ambientais, diante das crises de endividamento público, e políticas de ajuste fiscal, o que contribuiu para que as ONG's implementassem programas, projetos de desenvolvimento auto - sustentáveis para a diminuição da pobreza. Dessa forma o Estado pode dar prioridade de investimentos aos programas de produtividade urbana (GORDILHO – SOUZA, 1997, p. 211).

Portanto, o que há de novo é a articulação das ONG's com os setores governamentais na elaboração de políticas públicas sociais para atender à população

²² As ONG's de desenvolvimento implementam programas, através da cooperação internacional (GOHN, 1994, *apud* GORDILHO – SOUZA, p. 210)

carente, representando uma alternativa às administrações públicas diante da redução do Estado na questão social. De acordo com Moura “as ONG’s passaram de uma estratégia defensiva para uma estratégia propositiva” (MOURA, 1993, *apud* GORDILHO – SOUZA, 1997, p. 212). No período da ditadura militar, as ONG’s tinham uma postura antiestatal, e eram espaços de resistência formados por intelectuais e militantes de esquerda que trabalhavam em Universidades e instituições do governo (MEDINA, 1997, p. 119). Entre os anos 60 e 80, as ONG’s realizavam um trabalho silencioso e as Igrejas (católica e protestante) “serviam de proteção a muitas dessas iniciativas” , somente com o fim da ditadura militar as ONG’s ganham visibilidade (SCHERER – WARREN, 1997, p. 50).

No Brasil, se tornam mais visíveis socialmente com as articulações preparatórias para a Conferência Internacional ECO 92, realizada no Rio de Janeiro, e com a Conferência Internacional Habitat II, em Istambul (GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 205 - 206).

1.3. Campo de Atuação

Maria da Glória Gohn³³ (1997, p. 210) e Scherer – Warren classificam os campos de atuação das ONG’s de acordo com três referenciais a saber: a filantropia, o desenvolvimento, e a cidadania.

A filantropia refere-se às ações assistencialistas relacionadas ao fornecimento de benefícios materiais, como por exemplo alimento e abrigo, como forma de aliviar as carências imediatas da população pobre, miserável. Várias ONG’s, entretanto, rejeitam, do ponto de vista ideológico, essas ações meramente assistencialistas, afirmando que é importante introduzir processos educativos, de conscientização e de autodeterminação das populações – alvo. Elas têm como lema “é mais importante ensinar a pescar do que dar o peixe”.

O campo do desenvolvimento, em décadas anteriores, estava relacionado aos programas, projetos de treinamento e assistência técnica, elaborados pelas agências

³³ Ver Gordilho – Souza, 1997, p. 210.

de cooperação internacional, para criar condições de desenvolvimento em comunidades carentes da América Latina. Recentemente, as ONG's começaram a repensar o crescimento econômico, utilizando a sustentabilidade ecológica e a justiça social, como elementos imprescindíveis para o desenvolvimento.

Essa concepção de desenvolvimento foi sintetizada no México, em outubro de 1993, por quarenta diretores de ONG's de vários países latino - americanos "Sustentabilidade ecológica significa produzir o que a sociedade precisa, mas preservando a natureza [...]. Sustentabilidade política e organizativa é construir uma proposta própria como atores da sociedade, participar e interferir nos espaços públicos de tomada de decisões [...]. A sustentabilidade cultural é assegurar o respeito a nossas formas de entender a vida" (SCHERER – WARREN, 1999, p. 48).

O campo de ação da cidadania diz respeito às organizações que se associam aos movimentos populares na luta por direitos sociais, como as ONG's que lutaram pela democratização dos regimes políticos, contra as ditaduras militares e pela defesa dos direitos humanos frente à opressão política, na América Latina. Com o fim dos regimes militares, as ONG's se preocupam com a democratização do poder local e a participação no estabelecimento de políticas públicas. E há, as que lutam contra as desigualdades e discriminação - de gênero, etária, étnica, classe, saúde, religião, opção sexual, etc (SCHERER – WARREN, 1999, p. 48).

1. 4. Visões Críticas sobre ONG's

Existem duas visões críticas sobre as ONG's: uma fala da importância de seu trabalho, como forma de garantir conquistas sociais; e a outra as considera como manipuladoras dos setores populares, prejudicando a autonomia destes. De acordo com esta linha, as ONG's são vistas como braço direito do poder executivo, impedindo mudanças na estrutura dos países onde atuam, e contribuindo para a omissão do Estado frente às demandas sociais.

Na prática, com relação às conquistas sociais, algumas experiências revelam que o trabalho de assessoria das ONG's aos movimentos populares, é positivo, como ocorreu em Recife, na Região Metropolitana, onde ONG's foram fundamentais para

o acesso ao solo urbano pelas camadas de baixa renda, (MOURA, 1993, *apud* GORDILHO - SOUZA, p. 215). Aproximadamente 58 mil famílias estavam sendo ameaçadas de expulsão, a Comissão de Justiça e Paz - CPJ,⁴⁴ e outras ONG's realizaram um trabalho de assessoria a essa população, que se articulou e se mobilizou e em conseqüência conseguiu permanecer na área. Essas ONG's juntamente com a população elaboraram, propuseram e conseguiram aprovar uma legislação especial, com a criação das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS⁵⁵ (CARVALHO, 1997, p. 238).

No período da Constituinte (1986 - 1988) várias ONG's brasileiras se uniram aos movimentos e projetos populares, no Fórum de Reforma Urbana⁶⁶, resultando em conquistas sociais da nova Constituição, como o usucapião popular, com exigência de cinco anos de ocupação da terra para ganhar a sua propriedade (MOURA, 1999, p. 19).

Alguns projetos e experiências consideradas exitosas em áreas de habitação desenvolvidos por ONG's, foram premiadas na Conferência Habitat II, em Istambul. Em São Paulo, no programa habitacional FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Subnormais) Comunitário, no âmbito municipal, várias entidades autônomas, e ONG's realizaram assessoria técnica para a construção de conjuntos habitacionais em regime de mutirão e autogestão, beneficiando quase 55 mil famílias, com 200 empreendimentos, no período de quatro anos (1989 / 1992), alguns desses projetos foram premiados devido à qualidade arquitetônica (BONDUKI, 1993, *apud* GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 216).

⁴⁴ A CPJ era vinculada a Arquidiocese de Olinda e Recife – AOR, foi criada por Dom Hélder Câmara, em 1977, e tinha como objeto dar assessoria jurídica às associações de moradores, referente à posse e a ao uso do solo urbano (Motta, 1997, p.169).

⁵⁵ Essas zonas foram criadas em 1980, e delimitava 26 áreas pobres do Recife, transformadas em áreas especiais para a consolidação e intervenção governamental, visando a sua regularização (Motta, 1997, p.182).

⁶⁶ O Fórum de Reforma Urbana foi criado durante a tramitação da emenda popular constitucional, e representou o acúmulo das iniciativas e propostas com relação às questões urbanas – direito à terra urbana, à moradia, aos transportes e serviços públicos e à gestão democrática da cidade.

Já, para autores como Petras, o trabalho voluntário privado das ONG's permite a manutenção do *status quo*, e da autoexploração da população, que “significa pagar impostos e obter nada em troca”, a população termina por financiar o Estado neoliberal “a serviço dos ricos”. As ONG's, portanto, estimulam a idéia neoliberal da responsabilidade privada pelas questões sociais (PETRAS, 1996, *apud* MEDINA, 1997, p. 134).

Petras, também afirma que a atuação de ONG's contribui para a diminuição dos investimentos, e responsabilidades nacionais destinados a programas sociais, “(...) as ONG's solapam as bases da democracia ao retirar os programas sociais das mãos das comunidades locais e de seus funcionários eleitos, criando dependência aos não eleitos, funcionários estrangeiros e funcionários por eles escolhidos” (PETRAS, 1996, *apud* MEDINA, 1997, p. 124).

Arellano – Lopez e Petras criticam o caráter ambíguo da atuação das ONG's como agências de desenvolvimento na Bolívia, focalizando o distanciamento entre a definição de critérios para projetos e a participação popular, afirmando que as ONG's como elemento intermediário entre o Estado e as agências de financiamento, se tornam instrumentos que prejudicam as bases institucionais da participação política, e acabam minando os esforços da população para assumir o controle de suas vidas (ARELLNO – LOPEZ & PETRAS, 1995, *apud* GORDILHO - SOUZA, p. 215).

Alois Moller afirma que as ONG's, como agentes intermediários, apoiando ações de desenvolvimento e de organização popular, fazem parte da cadeia clientelista, participando do mercado de doações, juntamente com as agências financiadoras internacionais, e todas as organizações populares. Nesse mercado de doações, considerado incompleto e pouco transparente, existe uma troca de bens materiais, principalmente dinheiro, e também alimentos, ferramentas etc., por bens não materiais como a gratidão, obediência e informação. Sendo que, para os que pensam nesta linha, as ONG's têm um papel de agilizadoras nesse processo (MOLLER, 1991, *apud* GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 214).

Moura, defende a idéia de que as ONG's em alguns casos fortalecem a atuação assistencialista, em vez de estimular a autonomia dos setores populares (MOURA, 1993, *apud* GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 215).

Suremain, também concorda que as atividades das ONG's têm tendências clientelistas,

(...) não é fácil estabelecer relações claras, de igual a igual, entre uma ONG e uma comunidade. Resulta, às vezes, mais fácil para uma Junta de Accion Comunal conseguir um auxílio para comprar uma mangueira, que lutar com o conjunto dos habitantes para conseguir um serviço eficiente da Empresa de Abastecimento de água...(SUREMAIN, 1988, *apud* MEDINA, 1997, p. 126).

Existem também algumas críticas às ONG's de “fachada”, criadas com outras finalidades que não a de cunho social, mas sim para obter recursos. É o que mostra a reportagem do uso ilícito de fundos alocados nas ONG's, ocorreu em Salvador em 1993, onde a antiga representante do Centro Brasileiro da Infância e Adolescência - CBIA foi acusada como responsável por irregularidades (GORDILHO - SOUZA, 1993, p. 212).

1. 5. As ONG's, a Cooperação Internacional, o Estado e as Tendências

As ONG's, inicialmente, desenvolviam as suas atividades à margem do universo institucional (Estado, Partido, Sindicatos - que atuavam, tendo como referência o mundo econômico e o da produção) e suas ações eram estruturadas na solidariedade entre os seus componentes, em busca de atender às necessidades imediatas. Entretanto, ao longo de sua existência, passam a estabelecer relações com o Estado e com o Mercado, correndo o risco de se constituírem em “agentes de conformação a uma ordem social externamente determinada” (QUADROS, 1998, p. 21).

Com relação aos recursos, as ONG's recebiam contribuições voluntárias, doações de pessoas ou grupos sensíveis às suas causas, e recursos das agências de cooperação internacional.

A falta de políticas de assistência social, que reflete a política neoliberal de ajuste econômico, permitiu a emergência da ação não - governamental como uma

alternativa para o tratamento das questões sociais. As ONG's passam a ser vistas como agentes capazes de organizar os interesses populares, e de promover o desenvolvimento em novas bases, com a capacidade de trabalhar de maneira democrática e a custos mais baixos, demonstrando eficiência e potencial de mobilização, ao contrário do Estado, o qual começa a reconhecer essas organizações e a investir nelas.

Nos anos 80, além dos recursos das agências internacionais, ocorre um aumento dos recursos provenientes do Estado transferidos às ONG's, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos, principalmente no âmbito da cooperação internacional. (QUADROS, 1998, p. 18 - 19).

Segundo Oliveira Neto,

Estimativas do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento Econômico (DAC) da OEDDC - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, em 1970 o volume de recursos financeiro transferidos pelas ONG's dos países em desenvolvimento alcançou a cifra de 1 bilhão de dólares. Já em 1986 esse valor atingiu a casa de 4,5 bilhões de dólares, representando cerca de 13% da ajuda oficial proporcionada por esses países... em 1970 apenas 10% dos recursos das ONG's provinham de fontes governamentais... em 1985 essa proporção já alcançava 30%, devendo hoje representar algo em torno de 50%... (OLIVEIRA NETO, 1991, *apud* QUADROS, 1998, p. 18).

Também a partir de 1980, o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) preferem trabalhar com as ONG's, por considerá-las como alternativa à ação do Estado, principalmente nos países subdesenvolvidos. Elas são capazes de inovar, de se adaptar às novas circunstâncias e produzir resultados de curto prazo, ao contrário do Estado (MOURA, 1999, p. 18).

No período entre 1973 e 1988, 6% dos projetos do Banco Mundial envolviam ONG's, em 1993, cerca de um terço dos projetos aprovados passaram a contar com a participação dessas organizações (The World. Bank, 1994, *apud* GORDILHO – SOUZA, 1997, p. 208).

Pierre Galand, critica duramente o Banco Mundial, afirmando que o mesmo se aproximou das ONG's para se apropriar dos discursos destas ONG's sobre o

eco-desenvolvimento, pobreza e participação popular, para promover uma política de ajuste estrutural, aumentando os problemas sociais com a penúria econômica que submete aos países endividados internacionalmente.

Hoje, a relação ONG's e organismos de Cooperação Internacional tem sido alvo de constante reflexão. A falta de indicadores objetivos que revelem os resultados concretos das ações executadas e os problemas enfrentados pelos países desenvolvidos por causa de políticas econômicas e sociais, que levam à redução dos recursos destinados à cooperação, têm contribuído para a reorientação das ações dos organismos de cooperação internacional, que estão estabelecendo novos critérios para a concessão de ajuda e apoio, e estão definindo as áreas de atuação (meio ambiente, políticas públicas, incentivo à filantropia, questões de gênero, raça, saúde reprodutiva), podendo influenciar na identidade das ONG's (QUADROS, 1998, p. 19 - 22).

As agências de cooperação internacional passam a apoiar apenas projetos que possuam metas e objetivos definidos e cujos resultados sejam quantificados, levando as ONG's, a partir dos anos 90, a profissionalizar as suas ações, como forma de garantir o financiamento internacional, e os resultados esperados pelos financiadores.

De acordo com Arellano - Lopez e Petras, foi observada, no caso dos países do sul, a tendência a profissionalização dos funcionários das ONG's, ocorrendo a substituição do trabalho voluntário pelo trabalho remunerado, e dos profissionais mais críticos, por técnicos multidisciplinares, "eficientes" para a execução de projetos (QUADROS, 1998, p. 21). No Brasil, estudos revelam que a maior parte das ONG's brasileiras esta profissionalizada, empregando entre 1,4 e 2 milhões de pessoas, que recebem em média 4,5 salários mínimos por mês. Sendo que o volume de recursos pagos aos seus funcionários equivale a 1% do PIB (MOURA, 1999, p. 19).

As ONG's estão cada vez mais dependentes dos financiamentos externos para realização de suas atividades, resultando na subordinação de seus objetivos e ações

aos interesses daqueles que sustentam suas ações. Para sobreviver, muitas, se transformaram em “agências prestadoras de serviços para órgãos estatais e empresas privadas.” Como consequência, as ONG’s estão perdendo a sua identidade e características originais, fundamentadas “na associação livre de cidadãos, base popular, promoção do debate e mobilização da opinião pública, e a sua estrutura organizacional não hierárquica, não burocrática e autônoma em relação às demais instâncias” (QUADROS, 1998, p. 22).

Vale salientar que, atualmente, existe uma certa dificuldade em obter financiamento internacional, devido às exigências e à redução dos recursos destinados a cooperação internacional. Também temos que destacar o fato das agências de financiamento estrangeiras darem mais prioridades aos países do quarto mundo (África, por exemplo) para o combate a pobreza.

O Brasil, a parte dos países latino-americanos, perdem também o caráter de “prioridade” que lhes era dado pelos regimes ditatoriais. Tampouco são vistos como países prioritários do ponto de vista do combate à pobreza (suas imagens de países industrializados e modernos não podem concorrer, por exemplo, com as de países africanos), ou mesmo como estratégicos do ponto de vista do jogo político internacional. Por fim, as agências têm-se voltado para o “quarto mundo” (LANDIM, 1993, p. 19).

Diante deste quadro, as ONG’s brasileiras estão se tornando mais dependentes do Estado. Fazendo com que o Estado brasileiro sancionasse, em março de 1999, a Lei 9.790, a qual, institui o Termo de Parceria, um instrumento criado para a transferência de recursos para as instituições privadas sem fins lucrativos. Essas entidades passarão por um processo de credenciamento no âmbito do Governo Federal, e receberão recursos por meio do termo de parceria, devendo, essas organizações prestar contas, apresentando a aplicação dos recursos obtidos e os resultados alcançados (MOURA, 1999, p. 19).

Atualmente as ONG’s estão se articulando a nível local e global para discutirem a sua identidade e o seu papel na construção da realidade social. Vários fóruns foram criados com esse propósito, justamente porque as organizações ganharam uma maior visibilidade e estão sendo alvo de críticas, sendo consideradas “braço

executivo” dos governos. Há, também o questionamento quanto à origem dos recursos de que dispõem.

2. Capítulo II – Novos Alagados

2.1. Caracterização

2.1.1. Localização

O bairro de Novos Alagados está inserido na décima sexta Região Administrativa do Subúrbio Ferroviário (RAXVI), conforme a Lei nº 3525/85 que regulamentou o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador; e de acordo com a Lei Municipal nº 3592/85 é uma Área de Proteção Sócio - Ecológica (APSE). Localiza-se a três quilômetros às margens da Enseada do Cabrito (Figura 2. 1, p. 25) e do manguezal do Estuário do Rio do Cobre, tendo como vizinhos os bairros de Plataforma e Lobato e o Parque de São Bartolomeu (PMS, 1993, p. 10).

2.1.2. Formação Urbana

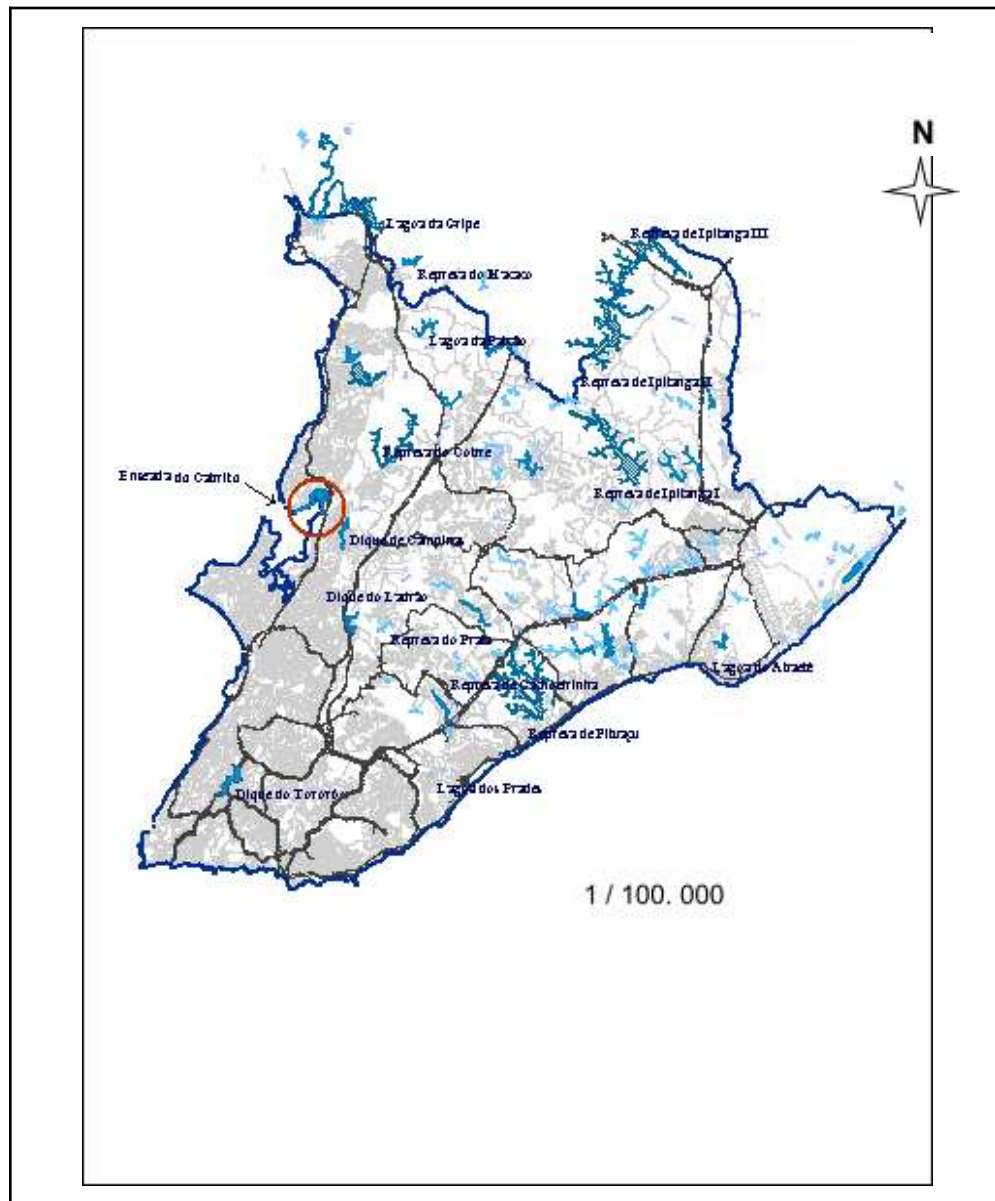
Conforme o documento acima citado (PMS, 1993, p. 10)

Sua origem encontra-se na construção de casas de filhas de santo do Terreiro de Mãe Leninha, nos fundos da casa desta, na Nova Esperança, seguindo-se da vinda de pescadores e, em etapa posterior, de migrantes atraídos pela perspectiva de empregos para as obras do Pólo Petroquímico de Camaçari. Alguns depoimentos informam que a posterior expansão da invasão da Beira do Mangue, depois denominada Novos Alagados, ocorre a partir de 1975, depois das desapropriações feitas pelo poder público para a implantação da Av. Suburbana, cujas indenizações dos domicílios removidos foram insuficientes para a aquisição de novas moradias.

A invasão em Novos Alagados, se inicia com 150 famílias formadas por adeptos do Candomblé⁷⁷, e pelos proprietários desapropriados para a construção da Av. Afrânio Peixoto (conhecida como Av. Suburbana), originando a comunidade Nova Esperança. Em seguida, famílias vindas do interior, pessoas sem condições de pagar aluguéis, e casais jovens de Alagados formaram as demais comunidades como Sr. do Bonfim (1976), Boiadeiro de Baixo (1977), 19 de Março (1978), Parque São Bartolomeu (1980), Toster (1980), espalhando-se pelas margens da Enseada do Cabrito e pelo Estuário do Rio do Cobre, através da construção de palafitas.

⁷⁷ Candomblé é a religião dos negros iorubas (Dicionário Aurélio).

Figura 2. 1
Localização da Enseada do Cabrito



Fonte : URPLAN - Grupo de Planejamento Urbanismo Arquitetura, 2003

No governo de Waldir Pires, em 1987, alguns moradores de palafitas foram morar nas áreas secas da comunidade Boiadeiro de Cima, por causa da situação de risco,

provocada pelo avanço da maré, pelas condições precárias das pontes e pela dificuldade em obter madeira (Bahia, Governo do Estado, 1993, p. 13 -14).

A denominação “Novos Alagados” caracteriza uma ocupação semelhante à ocorrida no período entre 1948 e 1950, na Enseada dos Tainheiros, com o nome de Alagados. Em 1970, o Governo do Estado desenvolveu um projeto de intervenção na área de Alagados, que na época tinha aproximadamente 70 mil habitantes, criou uma empresa, a AMESA (Alagados Melhoramentos S.A) para conduzir a intervenção. Em 1977, no momento em que os Alagados estavam sofrendo um processo de transformação, e ganhando um novo aspecto, em uma área próxima, começou a surgir uma nova invasão, denominada Novos Alagados, onde milhares de famílias sem condições financeiras para adquirir uma moradia apropriada em terra firme, construíram suas casas sobre palafitas, avançando sobre a maré e os manguezais. “Alagados e Novos Alagados são sinônimos, portanto, da mesma miséria” (Bahia, Governo do Estado, 1995, p. 4).

Essa urbanização em Alagados criou a expectativa de uma futura intervenção na área de Novos Alagados, estimulando a sua ocupação e expansão, e também a forte repressão e proibição de invasões em áreas públicas e privadas, entre 1966 e 1978, obrigou a população a ocupar a maré (Bahia, Governo do Estado, 1993, p. 13).

Os Novos Alagados são constituídos pelas seguintes micro - áreas: São João, Nova Esperança, Senhor do Bonfim, 19 de Março, Boiadeiro de Baixo, Boiadeiro de Cima e Toster, localizadas a oeste da enseada; 1º de Novembro, Cabrito de Baixo, São Bartolomeu, Nova Primavera, a leste da Avenida Suburbana; (PMS, 1993, p. 11) e posteriormente os Loteamentos Araçás I e II que foram construídos para a relocação de palafitas.

2.1.3. Aspectos sócio-econômicos

Segundo a pesquisa sócio - econômica elaborada pela Prefeitura de Salvador, antes da intervenção (PMS, 1993, p. 15 - 16), a área de Novos Alagados apresentou uma população com cerca de 17 mil habitantes, ocupando uma extensão de 41,80 hectares, com densidade populacional bruta em torno de 400 hab/ha. As micro-áreas

Senhor do Bonfim (530 hab/ha), Boiadeiro de Baixo (630 hab/ha), Boiadeiro de Cima (520 hab/ha), e Toster (540 hab/ha) tinham as maiores densidades (ver tabela 2.1), por causa da topografia, ao nível da maré, e da proximidade das vias principais de acesso ao bairro.

Tabela 2.1

Densidade Habitacional das Micro-Áreas de Novos Alagados

Micro-Áreas	Área (Ha)	Total de Un. Hab.	Densidade
São João	7,60	553	360
Nova Esperança	5,72	447	390
Senhor do Bonfim	3,56	381	530
19 de Março	4,47	393	440
Boiadeiro de Baixo	2,60	328	630
Boiadeiro de Cima	3,00	311	520
Toster	1,97	215	540
Cabrito de Baixo ⁸⁸	1,27	92	360
São Bartolomeu	10,89	695	320
Nova Primavera ⁹⁹	2,26	_____	_____
Total	41,80	3.415	407

A população é formada por um grande número de jovens - 51% tem idade inferior a 18 anos, sendo a população feminina relativamente superior à masculina, 64% abaixo de 25 anos e 28% abaixo 7 anos (AVSI, 1993). Acima dos 18 anos, predomina a faixa etária entre 25 e 40 anos para ambos os sexos, com uma pequena supremacia masculina.

⁸⁸ A micro-área 1º de Novembro está contida na micro-área Cabrito de Baixo.

⁹⁹ Nova Primavera na época (1993) era ocupada apenas por uma escola comunitária, em 1999 foi construído no local o loteamento Nova Primavera para a relocação de famílias palafitadas.

Quanto à renda e ocupação foram identificadas, entre os homens, ocupações de biscateiros, de operários da construção civil, com renda média mensal entre 1 e 2 salários mínimos. Já, as ocupações de vigilante, motorista e comerciante, possuem uma renda acima de 5 salários mínimos. Os que trabalham como pescadores, marisqueiros, eletricitas, marceneiros, carpinteiros, e soldadores têm renda média mensal entre 3 e 5 salários mínimos. As mulheres realizam serviços domésticos, são faxineiras e lavadeiras e atingem uma renda mensal entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (PMS, 1993, p. 15 - 16). De uma forma geral, a renda familiar média da população moradora em terra firme é de 1,7 salário mínimo e da população palafitada é de 0,8 salário mínimo (BAHIA, Governo do Estado, 1995).

A população ativa com emprego fixo representa 29,7 % da população palafitada, e 31% da população em terra firme. Os desempregados representam 15,2 % da população palafitada, e 13,2 % da população em terra firme.

Com relação à escolaridade, a população palafitada possui 11,4 % analfabetos, e 84,2 % pessoas com apenas o 1º grau incompleto, a população em terra firme, possui 6,5 % analfabetos e 76,3 % pessoas com o 1º grau incompleto. Esses indicadores sócio – econômicos podem ser melhor visualizados na tabela 2. 2.

Tabela 2.2

Indicadores Sócio - Econômicos

Indicadores	Palafita	Terra Firme
Renda Familiar Média	0,8 S.M	1,7 S.M
População Ativa Empregada	29,7%	31%
Desempregados	15,2%	13,2%
Analfabetos	11,4%	6,5%
1º Grau Incompleto	84,2%	76,3%

Fonte: BAHIA, Governo do Estado. CONDER, 1995.

2.1.4. Principais Problemas

Com relação à degradação ambiental da Enseada do Cabrito, e do Estuário do Rio do Cobre observou-se um processo de assoreamento provocado pelo corte da vegetação nativa (característica do manguezal), pela pesca predatória com malha fina, pela aquicultura descontrolada, pela execução do aterro feito pelos moradores com lixo e entulho (Figura 2. 3), e pelo lançamento de esgoto doméstico, lixo e qualquer tipo de resíduos (Bahia, Governo do Estado da, 1993, p. 15).

Figura 2. 2

Degradação Ambiental



Fonte: CONDER/AVSI, 1997

Além da degradação ambiental, a população enfrentava riscos ambientais causados pelas elevações da maré, drenagem pluvial, casas precárias sem unidades sanitárias e pontes instáveis. O que ocasiona desabamentos, inundações e doenças como problemas respiratórios e cólera (Bahia, Governo do Estado da ,1993, p. 15).

No que diz respeito à questão habitacional, as casas são extremamente precárias, construídas com madeira, taipa, blocos sem revestimento e outros com materiais de baixo custo. As palafitas em terrenos alagadiços, são construídas de madeiras e paus agrestes (Figura 2. 4) e têm uma área reduzida, variando entre 15,00 m² e 40m². Entre as comunidades que apresentaram o maior número de palafitas estavam as comunidades Nova Esperança, 19 de Março, e Boiadeiro de Cima, sendo freqüentes as quedas das pontes. Todas as casas palafitadas apresentaram problemas de

instabilidade estrutural e risco, por causa da má qualidade dos materiais utilizados e da sua construção sobre a água (PMS, 1993, p. 11).

Figura 2. 3
Exemplo de Palafita



Fonte: CONDER/AVSI, 1997

Do total dos 3.415 domicílios de Novos Alagados, 36,92% estavam em péssimo estado de construção e manutenção; 29,52% estado precário, 25,65% estado razoável e 7,91%, estado bom (tabela 2.1.5), (PMS, 1993, p. 12).

Tabela 2. 3

Padrão Habitacional

Micro-Áreas	Péssima	%	Precário	%	Razoável	%	Bom	%
São João	148	26,76	70	12,65	175	31,64	160	28,93
Nova Esperança	160	35,79	70	15,66	172	38,47	45	10,06
Senhor do Bonfim	138	48,03	94	24,67	101	26,50	3	0,78
19 de Março	246	62,59	102	25,95	36	9,16	9	2,29
Boiadeiro de Baixo	163	49,69	119	36,28	41	12,50	5	1,52
Boiadeiro de Cima	6	1,93	256	82,31	45	14,46	4	1,28
Toster	114	53,02	51	23,7	48	22,32	2	0,93
Cabrito de Baixo	—	—	39	42,39	51	55,43	2	2,17

São Bartolomeu	241	34,53	207	29,78	207	29,78	40	5,9
Total	1.261	36,92	1008	29,52	876	25,65	270	7,90

Fonte: PMS, 1993

2.1.5. Infra-Estrutura

Sistema Viário

O bairro de Novos Alagados possui três tipos de opções de acesso, a primeira, por meio do transporte rodoviário - representado pela Avenida Suburbana e pela Rua dos Ferroviários. A segunda, através do transporte ferroviário - com uma estação próxima no Bairro de Plataforma e a terceira, diz respeito ao transporte marítimo, através de lanchas, percurso Plataforma - Ribeira. (PMS, 1993, p. 18).

A Avenida suburbana é o meio de acesso preferido pela população, por causa da oferta de transporte público por ônibus, e da existência de uma linha exclusiva do bairro.

A área apresenta também duas vias principais de penetração uma localizada em Plataforma e a outra em São Bartolomeu. Internamente há vários caminhos, becos e vielas em sua maioria, tortuosos e estreitos, não possuindo largura para o tráfego de veículos. E, as pontes de madeira que ofereciam perigo aos moradores (BAHIA, Governo do Estado, 1999, p. 87).

Drenagem e Esgotamento Sanitário

O assentamento Novos Alagados está inserido na sub-bacia do Cobre, formado por terrenos baixos, que sofrem constantes inundações. As áreas secas, representam cerca de 30%, e possuem topografia variada, como a comunidade de Boiadeiro e as áreas para a relocação das palafitas - Araçás I, II e Nova Primavera.

A não existência de um sistema de esgotamento sanitário (100% das palafitas e 72,1% das casas em terra firme não tinham ligação de esgoto¹⁰), transformou os cursos de água, que constituem o sistema natural de drenagem pluvial, em canais de esgoto, contribuindo para a proliferação de doenças. Além disso, também foi verificado o lançamento de esgotos a céu aberto em todas as vias não pavimentadas e nas pontes, que representam 61,87% da rede viária da área.

A comunidade de Boiadeiro e a Rua dos Ferroviários foram os únicos locais dotados de infra-estrutura básica, entretanto, em Boiadeiro, o sistema de esgotamento sanitário e de abastecimento de água estavam danificados, permitindo a ocorrência de vazamentos nas tubulações, e a contaminação.

A comunidade de São João foi a área com menor quantidade de esgotos a céu aberto, com a existência de poucas pontes de madeira, já as comunidades de Toster, 1º de Novembro e Cabrito de Baixo, o esgoto corria em todas as vias, as quais não tinham pavimentação (PMS, 1993, p.19 - 20).

Abastecimento de Água

A distribuição de água atendia quase à população total da área, contudo, o atendimento era deficiente, devido ao sub-dimensionamento, aos vazamentos e ao fato da canalização estar em contato com os esgotos céu aberto, sujeita, portanto, à contaminação por elementos patogênicos causadores de doenças (PMS, 1993, p. 20). O cadastro sócio – econômico realizado pela AVSI (BAHIA, Governo do Estado, 1995, p. 8), mostrou que parte da distribuição de água era clandestina (tabela 2. 4).

¹⁰10 Informações do cadastro sócio - econômico realizado pela AVSI em 1993 (BAHIA, Governo do Estado, 1995, p. 8).

Tabela 2. 4

Modo de Distribuição de Água

População	Oficial (%)	Clandestina (%)	Não tem (%)
Terra Firme	50,3	37,3	12,4
Palafita	0,0	99,4	0,6

Fonte: BAHIA, Governo do Estado. CONDER, 1995.

Energia Elétrica

A grande maioria dos domicílios, 93%, possuíam energia elétrica, mas a instalação da rede entre as palafitas ofereciam risco de vida à população, pois os cabos ficavam sob as pontes de madeira, ocasionando choques fatais e incêndios (PMS, 1993, p. 20). Também, a pesquisa realizada pela AVSI, mostrou que grande parte da distribuição não era oficial, cerca de 52% possuíam ligações não oficiais, 38% energia oficial e 10% não possuíam energia elétrica - utilizavam velas e querosene a gás para a iluminação (AVSI, 1992, p. 16).

Limpeza Urbana

O sistema viário inadequado dificultava a limpeza urbana, a coleta de lixo era realizada apenas na Av. São João (Rua dos Ferroviários) e na Avenida Suburbana, o que resultou na formação de pontos de acumulação de lixo, sendo que a maior parte do lixo era lançado no mangue e na maré, pela população, prejudicando a fauna e flora, além de contribuir para o aparecimento de roedores e insetos (PMS, 1993, p. 20).

2.1.6. Equipamentos Sociais Existentes

Os equipamentos que serão descritos, são os equipamentos que já existiam, antes da intervenção.

Escolas

- Escola Municipal Bertoldo Cirilo Reis - 1º e 2º graus, magistério e contabilidade,
- Escola Comunitária Popular de Novos Alagados - 1º grau até 4ª série,

- Escola Comunitária Popular de Boiadeiro - Pré-escolar, 1ª a 4ª série,
- Escola Estadual Ivone Vieira Lima - 1º grau até 5ª série,
- Escola Estadual Geraldo Bispo dos santos - 1º grau até 4ª série,
- Escola comunitária 1º de Novembro - pré-escolar, 1º a 4ª série,

Equipamentos Coletivos

- Mercenaria - construída pela comunidade, e recentemente reformada;
- Posto de Saúde Beira Mangue - médico duas vezes por semana e enfermeiras todos os dias;
- Sorveteria Erê - Comunitária
- Centro da juventude suburbana - propriedade da Arquidiocese de Salvador, com ginásio poliesportivo

Equipamento comercial - Cesta do Povo

Fábricas/Industriais - Depósito de biscoito Fortaleza, fábrica de Confeções Toster desativada, Confeções Cely

Equipamentos Religiosos - Igreja Católica São João

Creches

- Creche Comunitária São José Operário - crianças de 0 a 6 anos;
- Municipal - As heroínas do Lar

Conforme o cadastro sócio - econômico realizado pela AVSI, em 1999, entre os equipamentos sociais mais reivindicados pela população estavam: em primeiro lugar posto médico, em seguida posto policial, creche, praças públicas, e escola primária.

3. Capítulo III – A ONG AVSI

3.1. Histórico

De acordo com as informações do *site* oficial¹¹ a Associação Voluntários para o Serviço Internacional (AVSI) é uma organização não - governamental, sem fins lucrativos, com sede em Cesena - Itália. Ela surge no ano de 1972, baseada nos princípios sociais da Igreja, em 1973 foi reconhecida pelo Ministério de Assuntos Exteriores e no ano de 1996 foi credenciada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), como consultora geral.

A associação trabalha em colaboração com organismos internacionais e locais, e deles recebe financiamento. Agentes internacionais: Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), World Food Program, União Européia (UE), Organizações das Nações Unidas (ONU), Fundação das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), UNCHS Habitat. Agentes Italianos: Ministério de Assuntos Exteriores Italiano (MAE), Conferência Episcopal Italiana (CEI), Região da Lombardia, Província di Trento, Região di Trento, Prefeituras, Fundação Humano Progresso, Atividades Sociais da Igreja Católica Italiana. Agentes locais: Comunidade Solidária, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Recebe também doações de pessoas físicas, por meio de adoções à distância, e através do Projeto Tendas de Natal - a AVSI monta tendas, no Natal, em várias cidades do mundo para arrecadar recursos.

¹¹ Site oficial da AVSI: www.avsi.org/introfla.html

A organização não-governamental é constituída tanto por pessoas físicas como jurídicas, voluntários, profissionais qualificados como médicos, engenheiros, agrônomos, assistentes sociais e psicólogos.

A AVSI atua em 32 países da África, América Latina, Oriente Médio e Leste Europeu, com a implantação e acompanhamento recente de 95 projetos nas áreas de desenvolvimento urbano, saúde, educação, desenvolvimento sócio - ambiental, formação profissional, geração de renda e apoio à família. (AVSI, 2002).

No Brasil, a AVSI trabalha em parceria com a CDM - Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana¹², e desde 1981 implementa projetos, no Brasil.

3.2. Principais Projetos Implementados pela AVSI no Brasil

Projetos de Melhoria dos Aglomerados Urbanos ou Rurais (Intervenções integradas - recuperação ambiental, social e urbanística).

Belo Horizonte (MG) :

- 1984 - 1996: Projeto - Reestruturação e Consolidação de Favelas na Periferia Urbana de Belo Horizonte;
- 1991 - 1993: Meio Ambiente e Serviços Sociais na Periferia de Belo Horizonte;
- 1992 - 1996: Projeto de Investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;
- 1994 - 2000: “Alvorada” Intervenção Integral em Áreas Marginais para a Melhoria da Qualidade de Vida da População;
- 1996 - 1997: Experimentação de Instrumentos Informáticos de Apoio à Metodologia de Recuperação de Assentamentos Urbanos Informais;
- 2001 - 2004: Projeto - Atuações Integradas de Redução da Pobreza em Áreas Urbanas de Renda Baixa;

Betim (MG)

¹²

¹² ONG brasileira, com sede em Belo Horizonte, trabalha a favor das populações carentes, realizando intervenções para o seu desenvolvimento sócio-econômico.

- 2001 - 2004: Projeto - Atuações Integradas de Redução da Pobreza em Áreas Urbanas de Renda Baixa;

São Paulo (SP)

- 1992 - 1996: Projeto de Investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;

Santos (SP)

- 1995 - 1996: Projeto - Planificação de Intervenções para a Recuperação da Favela Dique (20.000 habitantes).

Rio de Janeiro (RJ)

- 1992 - 1996: Projeto de investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;

Brasília

- 1992 - 1996: Projeto de Investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;

Manaus (AM)

- 1992 - 1996: Projeto de Investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;
- 1992 - 1996: Projeto - Desenvolvimento Agrícola e Conservação Ambiental na Selva Amazônica;

Porto Alegre (RS), Recife (PE)

- 1992 - 1996: Projeto de Investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio - Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;

Salvador (BA)

- 1992 - 2000: Projeto - Novos Alagados. Saneamento Ambiental e Promoção Social;
- 1992 - 1996: Projeto de Investigação de Metodologias e Experiências de Recuperação Sócio Urbanísticas de Áreas Urbanas Marginais;
- 1995 - 1998: Projeto - Recuperação Ambiental e Promoção Sócio -Econômica de Novos Alagados;

- 2001 - 2004: Projeto de Assistência Social e Técnica para a Redução da Pobreza na Área do Ribeira Azul;

Projetos de Formação Profissional, de Geração de Emprego e Renda, e Promoção Empresarial

Belo Horizonte (MG) :

- 1989 - 1990: Curso Superior de Especialização em Planificação Regional;
- 1991 - 1997: Programa para o Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais de Jovens: Formação na Área de Tecnologia;
- 1997 - 1998: Projeto - Centro de Capacitação Profissional para Jovens Desempregados;
- 1997 - 1999: Projeto - Educar Trabalhando: Apoio a Adolescentes Desfavorecidos em Favelas - Formação Profissional, Práticas e Inserção Profissional;
- 1998 - 1999: Projeto - Escola Profissional;
- 1999 - 2001: Projeto - Fortalecimento da Comunidade, Impulso de Serviços e Estímulo ao Emprego;
- 2000 - 2003 : Projeto - Apoio ao Emprego e a Criação de Pequenas Empresas e Cooperativas Urbanas de Renda Baixa;

Anápolis (GO)

- _____ 1994: Projeto - Intervenção para Apoiar o Desenvolvimento Econômico e Cultural da população de renda baixa de Anápolis.

São Gonçalo (RJ)

- 1989 - 1993: Projeto - Promoção Social e Criação de Atividades Produtivas no Município de Serro.

Jequitinhonha (MG)

- _____ 1988-1998: Projeto - Centro Experimental de Educação ao Trabalho Rural.

São Paulo (SP)

- 1991-1997: Programa para o Desenvolvimento de Iniciativas Empresariais de Jovens: Formação na Área de Tecnologia;
- 1994 - 1999: Projeto - Promoção do Trabalho e Desenvolvimento da Pequena e Média Empresa;

Manaus (AM)

- 1987 - 1990/1990 - 1994: Projeto - Escola Agrícola “Reino dos Apóstolos” para Jovens Índios e Mestiços da Amazônia;

Salvador (BA)

- 1998 - 2000: Projeto - Promoção de Emprego em Comunidades de Renda Baixa;

Projetos de Formação Educacional

Belo Horizonte (MG) :

- 2000 - 2003: Projeto - Constituição de uma Rede de Escolas para Desenvolvimento em quatro Áreas: Educativa, Social, Sanitária e de Organização - Gestão;

São Paulo (SP)

- 2000 - 2002: Projeto - Rede de Escolas Infantis;
- 2000 - 2003: Projeto - Constituição de uma Rede de Escolas para Desenvolvimento em quatro Áreas: Educativa, Social, Sanitária e de Organização - Gestão;

Rio de Janeiro (RJ)

- 2000 - 2002: Projeto - Rede de Escolas Infantis;
- 2000 - 2003: Projeto - Constituição de uma Rede de Escolas para Desenvolvimento em quatro Áreas: Educativa, Social, Sanitária e de Organização - Gestão;

Brasília

- 2000-2002: Projeto - Rede de Escolas Infantis;
- 2000 - 2003: Projeto - Constituição de uma Rede de Escolas para Desenvolvimento em quatro Áreas: Educativa, Social, Sanitária e de Organização - Gestão;

Salvador (BA)

- 2000 - 2002: Projeto - Rede de Escolas Infantis;
- 2000 - 2002: Projeto - Centro de Formação Juvenil Gp II;
- 2000 - 2003: Projeto - Constituição de uma Rede de Escolas para Desenvolvimento em quatro Áreas: Educativa, Social, Sanitária e de Organização - Gestão;

Projetos de Assistência Social

Belo Horizonte (MG) :

- 1987 - 1990/1996 - 2000: Projeto - Centro de Acolhimento para Menores Marginais e Fortalecimento Comunitário;
- 1993 - 1994: Projeto - Centros para a Infância nas Favelas Bairro Felicidade e Boa União;

Salvador (BA)

- 1997 - 2000: Projeto - Promoção da Saúde Materno - Infantil na Favela de Novos Alagados;
- 1999 - 2000: Projeto Agente da Comunidade – COELBA (Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia);
- Projeto C.O.F – Centro de Orientação para a família;
- Projeto de Adoção à Distância;
- Implementação do Projeto Social de Alagados IV e V;
- Projeto Centro Multifuncional para Crianças em Situação de Risco na Área do Ribeira Azul (Projeto futuro).

Como se pode observar, a AVSI possui um amplo campo de atuação, principalmente em intervenções que visam melhorar áreas degradadas, seguindo de projetos para a formação profissional e para a geração de emprego e renda, e de projetos de assistência social. Como dito anteriormente, o presente trabalho pretende fazer um estudo de caso sobre o projeto elaborado e implementado na área de Novos Alagados pela AVSI: Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Sócio - Econômica de Novos Alagados.

3.3. A Metodologia de Trabalho da AVSI

A AVSI possui um método de trabalho baseado em seis princípios, conforme informações da AVSI¹³, são:

- A pessoa como primeiro centro de interesse - todo projeto implementado tem como fim o desenvolvimento do ser humano, o qual tem o papel de destaque no desenvolvimento das atividades;

- A partilha da necessidade como conteúdo e método de ação - favorecimento da relação entre as pessoas envolvidas com o projeto, de forma que participe da vida e da realidade dos outros para o reconhecimento da humanidade e o direito à felicidade;

- Envolvimento dos beneficiários nas ações - os projetos desenvolvidos valorizam, a participação da população, tanto nas ações quanto nas escolhas, objetivando criar um senso de responsabilidade com a ambiente em que se vive;

- Abordagem horizontal, integrada e global do programa - ligação entre as necessidades: educação, saúde, trabalho e moradia, pobreza material (horizontal); desenvolvimento de um trabalho de redes onde existe uma complementaridade entre as áreas de atividades: ajuda material e psicológica às famílias, o trabalho educativo e o social e de saúde, que implica uma troca de sujeitos, competências, recursos,

¹³13 Informações obtidas com Eli Mansur, representante da AVSI

saberes e culturas distintas. (integrada); e importância de todos os aspectos da vida individual (global);

- Potencialização e desenvolvimento da “capacity building”- construção de uma cooperação e não dependência, entre organizações e instituições locais, permitindo o surgimento da responsabilidade e da ação livre de ambas as partes;

- A sinergia entre iniciativas livres e estatais com efeito multiplicador do impacto das diferentes atividades - a coexistência de ações de diversos agentes: ONGs, Estado, comunidades, agentes internacionais para o enfrentamento das necessidades das áreas degradadas.

3.4. Atuação em Novos Alagados

A organização não - governamental AVSI recebeu um convite da Arquidiocese de Salvador, através do Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, para realizar um trabalho de intervenção na área de Novos Alagados, considerada uma das mais pobres e insalubres de Salvador (AVSI, 1993, p. 01).

A AVSI, em 1989, entrou em contato com órgãos estaduais e municipais, e com as associações comunitárias, visando obter informações e documentações sobre a área, e verificar o interesse e a disponibilização destes em colaborar.

Em 28/07/89 foi estabelecida a parceria da AVSI com o Governo do Estado da Bahia, através da assinatura de um Protocolo de Intenções, o qual determina o comprometimento de ambos no levantamento dos recursos. Cada um fica responsável pela metade, ou seja, um montante, em torno de 5 milhões de dólares, (num total de 10 milhões) para a realização de um Plano de Recuperação de Novos Alagados.

A AVSI procurou financiamento junto ao Governo italiano para execução do Projeto Piloto em uma parcela da área de Novos Alagados (correspondente à comunidade Nova Esperança) e encaminhou por meio do Itamaraty, um pedido de Cooperação Técnica à Itália para a implantação de um Plano Global de Recuperação de Novos Alagados.

O Ministério de Relações Exteriores Italiano (MAE) aprovou o Projeto Piloto em outubro de 1992 e liberou um financiamento correspondente a um milhão de dólares. A AVSI procurou convênios para garantir contrapartidas e apoio as administrações locais, e valorizou contribuições da sociedade civil, com a organização de campanhas para a doação de verbas e materiais de construção, e solicitou prestação de serviços voluntários para viabilizar a recuperação social e ambiental de Novos Alagados.

Com base nas informações do documento elaborado pela AVSI, já referenciado (AVSI, 1993, p. 01), inicialmente foi idealizado um Projeto Piloto, integrante de um Plano Global de Recuperação de Novos Alagados, o qual beneficiaria a comunidade Nova Esperança, que foi escolhida de acordo com as informações da associação de moradores, por ser a mais antiga e bem organizada e por apresentar uma maior consolidação habitacional em terra firme, e além de um sistema viário definido.

O projeto piloto teve como objetivo garantir uma melhor condição de vida da população acima mencionada, de maneira que permitisse a superação da pobreza e a integração da área na vida urbana da cidade; e propôs três linhas integradas de atuação: Fortalecimento da Ação Comunitária, Infra-Estrutura Urbana, Melhoria Habitacional e Serviços Comunitários.

O fortalecimento da ação comunitária pretendia capacitar técnicos de instituições públicas e líderes comunitários, para propiciar uma gestão participativa no processo de planejamento, execução e avaliação das ações.

A segunda linha de atuação que é Infra-Estrutura Urbana, visava dotar a área de infra-estrutura e de equipamentos urbanos indispensáveis à melhoria da habitabilidade.

A terceira linha, a Melhoria Habitacional objetivava a erradicação das palafitas, com a relocação das famílias para uma área livre próxima a Novos Alagados, pertencente à União, e também a melhoria das habitações em terra firme.

Em 1993, o Governo do Estado da Bahia (através da CONDER), juntamente com a AVSI, iniciaram uma intervenção em Novos Alagados, através da implementação da 1ª Etapa do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados,

baseado na proposta elaborada pela AVSI, acima descrita. Ele tornou-se parte integrante do Projeto Metropolitano¹⁴, financiado pelo Banco Mundial - BIRD. O Projeto contou com o apoio da Arquidiocese de Salvador (Fundação Dom Avelar) e da Associação 1º de Maio - Associação dos Moradores de Novos Alagados (Bahia, Governo do Estado da, 2002, P. 3).

A CONDER assumiu a coordenação da execução do projeto e a AVSI, que trabalha juntamente com uma ONG brasileira - a CDM, ficou responsável pela construção de creches e outros equipamentos na área (GORDILHO - SOUZA, 1997, p. 218). Os moradores selecionados realizaram o levantamento de dados físicos e sócio - econômicos da área.

Não só a comunidade de Nova Esperança, mas as comunidades de Senhor do Bonfim, 19 de Março e São João, fizeram parte da primeira etapa da intervenção, e a população participou de reuniões com os técnicos envolvidos no projeto. Através dessas reuniões, os moradores puderam opinar, dar e obter informações para o desenvolvimento do projeto (Bahia, Governo do Estado da, 1995, p. 6).

O Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados com um orçamento de U\$10 milhões, se constituiu em duas etapas, e tem como objetivos a recuperação ambiental do Rio do Cobre e da Enseada do Cabrito; a implantação de saneamento básico e melhorias habitacionais; e o fortalecimento da organização comunitária e da cidadania (Idem *ibid*, p. 10).

Para a realização desses objetivos o projeto dividiu-se em sete programas específicos:

1. Loteamentos para relocação da população palafitada - construção dos loteamentos Araçás I e II, e Primavera dotados de infra-estrutura urbana, água, luz, saneamento básico, e serviços;

¹⁴O Projeto Metropolitano é um amplo programa com ações integradas, desenvolvido em 1986, pela CONDER-Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, encerrado em 1997, que visava dotar a região metropolitana de Salvador de condições adequadas de infra-estrutura, saneamento ambiental e fortalecimento da gestão metropolitana (Medina, 1999, p. 7).

2. Recuperação ambiental e conformação do aterro existente – saneamento da Enseada do Cabrito e do manguezal do Rio do Cobre, e aterramento apenas de algumas áreas já bastantes degradadas que serviam de depósitos de lixo e esgotos;

3. Infra-estrutura e Saneamento – execução de obras de saneamento e urbanização nas áreas em terra firme, através da implantação de um sistema viário, serviços urbanos e equipamentos sociais de saúde, educação e lazer ;

4. Geração de Emprego e Renda – composto por três linhas de ação, a primeira ligada ao meio ambiente - projetos de reciclagem de lixo, criação da cooperativa de pesca e recuperação do manguezal do estuário do Rio do Cobre, para futuro aproveitamento econômico; a segunda visa criar condições de trabalho para indivíduos que trabalham em casa como lavadeiras, costureiras e artesãos, com a construção de equipamentos como lavanderia coletiva, oficinas de confecções e produção artesanal que complementem a renda familiar; e a terceira propõe o fortalecimento das iniciativas desenvolvidas pela comunidade como o centro de formação profissional, marcenaria e gráfica comunitária, e a criação da Cooperativa de Habitação, Produção, e Serviços dos Moradores de Novos Alagados ;

5. Programa de Formação de Mão – de - Obra – programa de qualificação profissional da comunidade, apoiado pelo convênio entre a CONDER, e o SESI (Serviço Social da Indústria) para a alfabetização e formação básica de adultos, com noções de português, matemática, geografia e história, e o convênio com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), voltado para a formação de mão – de - obra para a construção civil, formando pintores, eletricitistas, pedreiros e profissionais de instalações hidro - sanitárias;

6. Melhoria Habitacional e Sanitária / Regularização Fundiária – objetiva a recuperação das habitações com a construção de unidades habitacionais nos loteamentos criados, e na área aterrada na Enseada do Cabrito e a complementação das obras de infra-estrutura e saneamento básico, com a melhoria sanitária através da distribuição de módulos pré-fabricados em placas de concreto, com vaso sanitário e filtro de água, destinados às famílias que não tem instalação sanitária em suas casas; e

paralelo a este programa de melhoria habitacional e sanitária, está sendo estabelecido um plano de regularização fundiária em toda a área do projeto Novos Alagados, com a concessão do título de propriedade ou de uso do terreno para os moradores, de forma a evitar a especulação garantindo a permanência da população;

7. Educação Ambiental - atividades sócio - educativas com a realização de seminários, cursos, palestras, edição de cartilhas, folders e folhetos de educação ambiental exibição de filmes, vídeos, atividades culturais, envolvendo as escolas e a comunidade, para a difusão de idéias da importância do meio ambiente e de procedimentos para evitar a sua degradação.

A primeira etapa realizada no período de 1993 a 1999, foi orçada em US\$ 5 milhões, sendo que o Banco Mundial repassou US\$ 4 milhões e a AVSI, US\$ 1 milhão (À Tarde, 11/03/1995 *apud* GORDILHO – SOUZA, 1997) e beneficiou 1.992 famílias palafitadas, das comunidades de Nova Esperança, Senhor do Bonfim, 19 de Março e São João, correspondendo a um total de 8.100 habitantes. Foram relocadas 657 famílias, transferidas para três loteamentos construídos pelo programa Viver Melhor/ Pró - Moradia, nas proximidades da invasão: Loteamentos Araçás I e II possuindo 263 unidades (Figura 3. 2 e Figura 3. 3), e o Loteamento Enseada (Av. Litorânea) com 394 unidades, localizadas no aterro gerado no contorno da Enseada do Cabrito (CONDER, 2002, P.19). Nos três loteamentos citados foram construídos embriões habitacionais de 21,37 e 21,80 m², compostos por sala, cozinha, quarto e área de serviço (Bahia, Governo do Estado, 1995, p. 12).

Figura 3. 1

Loteamento Araçás I



Fonte: AVSI, 1999

Figura 3. 2
Loteamento Araçás II



Fonte: AVSI, 1999

A população da área seca também foi beneficiada com obras de saneamento (redes de esgotamento sanitário e melhorias das instalações sanitárias das habitações existentes) e urbanização com a implantação de um sistema viário. Houve construção de equipamentos sociais e urbanos tais como lavanderia coletiva, posto médico (em Boiadeiro), Creche Comunitária João Paulo II, recuperação de escolas, e a criação da COMONAL - Cooperativa de Habitação, Produção e Serviços dos Moradores de Novos Alagados.

A Cooperativa de Habitação, Produção e Serviços dos Moradores de Novos Alagados (COMONAL) financiada pela AVSI, foi criada em 1997, para realizar, melhorias ou ampliações habitacionais (concerto de tetos, paredes e pisos, reforços de fundações e estruturas) no bairro, reformar os barracos em terra firme, e cuidar da manutenção das benfeitorias, equipamentos e serviços implantados, utilizando a mão – de - obra dos moradores – sócios. Além disso, a cooperativa em destaque, desenvolve atividades produtivas como a fabricação de tijolos, portas, janelas e combogós (Bahia, Governo do Estado da, 1995, p. 17) para a comercialização interna e externa, e presta de serviços de limpeza, vigilância e manutenção dos edifícios¹⁵(em bairros circunvizinhos). A COMONAL é composta pelos moradores de Novos Alagados maiores de 21 anos, sendo admitido como sócio somente um morador por domicílio.

Ocorreram também ações de recuperação ambiental com o plantio de árvores, replantio do manguezal, recomposição ambiental da área de aterro feita pelos moradores com lixo

¹⁵15 informações obtidas com o representante da AVSI, Eli MANSUR.

e entulho, serviços de limpeza e drenagem; e a implantação do Programa de Educação Ambiental.

A AVSI em 1997 teve a idéia de construir um Centro Educativo denominado Centro Educativo João Paulo II, para estender o trabalho educativo da Creche João Paulo II que atende 150 crianças de 0 a 7 anos.

O Centro Educativo foi construído com o financiamento de uma organização italiana, Fundação Humano Progresso, através de um convênio com a AVSI, e a Conferência Episcopal Italiana (CEI), que contribuiu com 20.000 dólares.

O Centro começou suas atividades em fevereiro de 2000, visando atender a 400 jovens de 7 a 14 anos, com refeições (café da manhã, almoço e lanche), atividades de reforço escolar, esportivas, de lazer, musicais, teatrais, e de leitura, além de oferecer cursos de informática e serviço médico – odontológico. Ele possui uma estrutura formada por nove salas para atividades escolares, uma biblioteca, uma sala de reuniões, uma cozinha, uma quadra esportiva, vestiários com instalações sanitárias, em uma área construída de 700m² e 900m² de área livre. Aí, trabalham 29 profissionais, entre eles, professores, administradores, cozinheiros, duas voluntárias italianas da AVSI, uma médica e uma educadora.

Também foi construído um Centro de Educação Desportiva e Profissional do Boiadeiro – CEDEP com o objetivo de qualificar profissionalmente jovens com idade entre 16 e 20 anos de Novos Alagados, com cursos de manutenção predial e de trabalhos com cerâmicas. Entre as entidades financiadoras estão a região da Lombardia, a Comunidade Solidária, Eliane Cerâmica, AVSI, CDM, ASPASB (Ação Social da Paróquia São Brás), OAF (Organização de Auxílio Fraternal), Associação Bahia Mulheres, SEPLANTEC (Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia), CONDER.

A segunda etapa (em fase de conclusão), teve as suas obras iniciadas, em dezembro de 2000, e compreende uma área com 2.021 domicílios – compostos de 523 palafitas e 1.498 casas em terra firme, totalizando 7.782 habitantes das comunidades Boiadeiro, Toster e São Bartolomeu (Governo da Bahia, 2001). Tem como propostas o reassentamento da

comunidade de São Bartolomeu para o Loteamento Nova Primavera (ver Figura 3. 9) e da comunidade do Boiadeiro e Toster para o aterro projetado, e a urbanização da área consolidada¹⁶¹⁶. Para a construção das moradias foram disponibilizados R\$ 2 milhões e para as melhorias habitacionais, R\$ 600 mil. A população pagará, uma prestação equivalente a 10% do salário mínimo (BAHIA, Governo do Estado, 1999, p. 72).

Foi implementado o loteamento Nova Primavera, com a construção de 287 unidades habitacionais, em uma área de cerca de 40 mil m². No aterro projetado, foram construídos o loteamento Boiadeiro e o loteamento Nova Toster (Figuras 3. 10 e 3. 11), com 120 unidades habitacionais. Nesses loteamentos foram construídos embriões verticalizados com 48 m² (22 m² de base, por 26 m² de laje).

Figura 3. 3

Loteamento Nova Primavera



Fonte: Ação Municipal - CAR, 2002

Figura 3. 4

¹⁶¹⁶ Área consolidada - área ocupada por edificações, em sua maioria de alvenaria, estabelecidas em terra firme ou aterros (CONDER, AVSI, 1999, p.87).

Loteamento Boiadeiro



Fonte: Ação Municipal - CAR, 2002

Figura 3. 5

Loteamento Nova Toster



Fonte: Daiane Castro, 2003

Novas vias foram construídas, e as vias existentes foram melhoradas, nas áreas consolidadas de Boiadeiro e Toster, (ocupação existente ao longo da Rua Jaime Vieira Lima e da Avenida Suburbana); de Boiadeiro de Cima - antiga ilha próxima à Nova Primavera; de São Bartolomeu, em duas áreas, a primeira onde há uma maior densidade populacional, e precária acessibilidade interna - ocupação localizada perto da Avenida Suburbana e a segunda situada próxima à Estrada dos Cabritos e à Rua 1º de Novembro.

Quanto às vias secundárias que servem de ligação interna no assentamento de Novos Alagados, houve melhorias de algumas delas em Boiadeiro de Cima e São Bartolomeu, através de alargamentos para permitir a passagem de veículos.

Com relação às áreas de lazer, em São Bartolomeu foi proposta a criação de uma pista em concreto para ciclistas e patinadores, que já está sendo construída.

Entre os equipamentos sociais previstos no projeto estão um posto de saúde em São Bartolomeu, junto à Nova Primavera, duas creches com capacidade para 100 crianças localizadas em áreas acessíveis e centrais das comunidades, próxima ao mar e ao manguezal, como Boiadeiro de Baixo e São Bartolomeu; dois postos policiais em Nova Primavera e Boiadeiro; e uma escola de 2º grau em Nova Toster, em uma antiga fábrica (CONDER, AVSI,1999, p. 93). Entretanto, esses equipamentos ainda não foram construídos, por falta de recursos, pois, segundo Eli Mansur o Banco Mundial não financiou os equipamentos.

3. 5. Resultados da Intervenção

Diante do que foi exposto, sobre a situação de extrema degradação física, social e ambiental, é evidente o impacto positivo do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados. Os resultados positivos desse projeto, contribuíram para a constituição do Programa Ribeira Azul, que pretende articular o conjunto das intervenções em torno da Enseada do Cabrito / Tainheiros, constituída por nove áreas: Alagados I, Alagados II, Alagados III, Alagados IV, Alagados V, Alagados VI, Mangueira, Joanes Centro-Oeste e Caranguejo. A metodologia utilizada é a mesma que foi proposta no Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social, que terminou servindo como projeto piloto (Bahia, Governo do Estado, 2002, p. 5).

De uma maneira geral o Projeto, trouxe melhorias perceptíveis quanto à qualidade de vida da população, que vivia em situação subhumana. A construção de casas em alvenaria de tijolo, permitiu a substituição das palafitas que ofereciam riscos de acidentes, às vezes fatais (desabamentos e incêndios). A área foi beneficiada com a implantação de infra-estrutura – rede de esgotamento sanitário e abastecimento de água,

o que contribuiu para a diminuição de ocorrências de doenças provocadas pela falta de saneamento básico como a cólera, verminoses, afecções de pele e infecções respiratórias. O reordenamento do sistema viário com a abertura das vias (becos e vielas), facilitou o acesso da comunidade aos serviços básicos como a coleta de lixo, e caminhão de gás. Equipamentos foram construídos como creches e centros educacionais. A COMONAL e o CEDEP criaram uma estratégia de geração de emprego e renda, e de capacitação profissional, respectivamente.

Contudo, conforme a pesquisa realizada na comunidade de Araçás I¹⁷¹⁷, foi constatado que o número médio de pessoas que estavam trabalhando por habitação era de apenas uma pessoa, e a renda familiar média estava em R\$ 100,00. Fonte: Bahia, Governo do Estado, 2002 a existência de muitos moradores desempregados.

A Associação de Moradores de Novos Alagados, denominada Sociedade 1º de Maio, concorda que houve uma melhora na área, a AVSI trouxe benefícios, como afirma um dos representantes da associação, Idelson Moura, vice – tesoureiro e ex-presidente da Sociedade, entretanto, faz uma crítica sobre a atuação da ONG AVSI, quanto ao não atendimento da reivindicação da população em relação ao padrão habitacional da 2ª etapa, e com respeito ao método de trabalho empregado, que não permitiu a participação da associação. Nas palavras de Idelson,

Trouxe benefícios do ponto de vista social, não é? No que se refere a equipamentos comunitários, porque..., não é porque a Sociedade 1º de Maio não foi contemplada, que nós vamos desconhecer por exemplo, a Creche João Paulo II, a Creche João Paulo II está atendendo crianças da comunidade, não é? o Centro Educacional João Paulo II, está atendendo a comunidade, nos achamos isso magnífico, porque quanto mais pessoas estiverem aqui para atender, eu acho que... sabe? É bom..., (...) houve uma transformação de água pro vinho, no que se refere a saneamento básico, né? Mas, é..., as casas da forma como foram construídas, não é? Pela..., através da AVSI/CDM, né? Que propôs este tipo de casa, não contempla os moradores, então, os moradores, hoje, fazem uma avaliação que, essa luta que eles tiveram de 25 anos, não é? Foi em vão, e eu tenho alguns depoimentos escrito, assinado de pessoas que se acham até lesadas pela AVSI/CDM, não é?

¹⁷¹⁷ Pesquisa realizada por Glibert Santos e Nara Marambaia, estudantes do curso de Urbanismo, desenvolvida pela disciplina Políticas, Planejamento e Projetos Habitacionais, em 2000.

Idelson Moura afirma que a comunidade não está satisfeita com o padrão habitacional da 2ª etapa. As casas construídas são chamadas de pombais pela população, por considerá-las blocos de cubículos representados por embriões geminados, com parede meia, constando de 1 vão de 22 m², destinado a sala, cozinha, banheiro e escada, e uma laje de 28 m², para futura ampliação, com uma área de serviços nos fundos de 12 m². A proposta da comunidade era a implantação de “lotes urbanizados de 70 m², com estrutura construída, para que cada família as completasse, e criasse raízes.” Casas com paredes individuais e área de ampliação na lateral ou no fundo. Os moradores fizeram um abaixo assinado, solicitando mudanças na 2ª etapa do projeto, com a transformação de cada dois embriões construídos em uma casa de 44 m², com laje de 56 m² para ampliação. Esta reivindicação dos moradores não foi atendida. “É dinheiro público que está sendo usado para fazer, construir pombais, é dinheiro público que está sendo usado para fazer verdadeiros cortiços”- diz Idelson Moura.

Com relação à opinião sobre o trabalho realizado pela AVSI,

... Olha, o trabalho da AVSI, na teoria é o mais magnífico possível, porque é um trabalho que, que pretende..., é um trabalho de pretensão de erradicar favelas, até aí, tudo bem, não é? Agora, a metodologia que é imposta para alcançar esse objetivo é que é nefasto, porque é uma metodologia de desconhecer as associações de moradores, é uma metodologia de impor, e comprar, cooptar lideranças, não é? Então, por que? Porque esse trabalho de..., de..., de melhorar as favelas, poderia ser trabalhado com a associação de moradores, não é? A comunidade tem propostas, a associação de moradores ouve a comunidade, então, não é porque a associação de moradores tem diversas exigências que ela deve ser retirada do processo, isso não é democracia.... Na 1º etapa do projeto, não é ? as reivindicações foram atendidas. Mais, na 2º etapa, nada foi atendido, sabe? Nada. É um projeto imposto, nos já denunciamos pra tudo que é de direito.

Quanto à participação da população durante a fase de elaboração e implementação do projeto, Idelson afirma que,

No primeiro momento, a comunidade participou, em 93, para a implementação do projeto e para que o projeto fosse aprovado, não é? Porque o Banco Mundial só..., só aceita, não é? trabalhar, financiar comunidades organizadas, e se viu que, a comunidade de Novos Alagados, é uma comunidade organizada, né? Então, no momento em que a AVSI teve todo esse subsídio, não é? com essa participação, que na verdade, ele..., ele quis na verdade, saber a forma da gente trabalhar, não é? depois que eles tinham o banco de dados dele, todas as informações, então, chegou o momento em que eles, bom, não precisamos mais da Sociedade 1º de Maio,

não precisamos mais da associação de moradores, então vamos descartar a associação de moradores...Então, começou a formar líderes de rua..., eles elegeram líderes, com um voto,...no segundo momento, fomos aleijados de todo o processo, não participamos do processo, e sempre fomos colocados de escanteio, fomos para a reunião de penetra.

A Sociedade 1º de Maio, em 20 de novembro de 2000, enviou uma carta ao diretor do Banco Mundial no Brasil, Sr. Gobind T. Nankani, informando sobre a não participação da associação de moradores na 2ª etapa Projeto, do descontentamento das casas propostas e das falhas, na 1ª etapa (algumas casas, de acordo com Idelson desabaram no loteamento Araçás I e outras estavam ruídas).

O Projeto Novos Alagados iniciou a 2ª etapa sem concluir a 1ª etapa, ainda existem na área referente à primeira etapa 505 barracos abaixo do nível do aterro, e 700 casa sem sanitários (informações obtidas com Idelson).

A CONDER, em 12 de fevereiro de 2001 enviou uma carta resposta ao BIRD, esclarecendo que o “Projeto 2ª Etapa foi apresentado a todas as lideranças da área, inclusive a SPM, nas diversas reuniões realizadas, e se encontra a disposição de todos no escritório de campo para consultas” afirmou também que realizou inúmeras reuniões e 15 assembléias para discussões do projeto, “se a SPM faltou a algumas reuniões foi por sua opção”.

Utilizando a definição de participação parcial elaborada por Medina¹⁸, e conforme a entrevista realizada com Idelson Moura, representante da associação de moradores de Novos Alagados, e documentos da CONDER, é possível afirmar que, houve uma “participação parcial que caracteriza - se pela informação, diálogo, consulta e conciliação,” onde as “ duas ou mais partes influem no processo participativo, mas apenas um só decide” (Medina,1997, *apud* Almeida, 2002, p. 12).

Com relação às casas propostas, do tipo embrião, que foram construídas; segundo a CONDER, foi à única solução encontrada para maximizar os recursos e atender as famílias necessitadas. E, quanto aos embriões do loteamento Araçás I, a empresa

¹⁸ Medina caracterizou a participação em três escala: polarizada, gradativa (que se subdivide em pseudo - participação, participação parcial e participação total), e segundo as Esferas de Ação envolvidas (ver Medina, 1997).

concorda que realmente ocorreram problemas de rachaduras, e já foram demolidas oito casas, mas retifica que não ocorreram desabamentos e sim demolições, as famílias que moravam nestes embriões foram reassentadas em outras habitações.

A CONDER também afirma que a obra de urbanização do aterro de conformação, realizado pelo Viver Melhor, com recursos da Caixa Econômica Federal, não previu o benefício de toda a área, e diz que o Governo do Estado procurará meios para conseguir recursos para concluí-la.

Eli Mansur, representante da AVSI, informou que o Governo do Estado já conseguiu os recursos, obtidos através do Programa de Administração Municipal e Infra - Estrutura – PRODUR¹⁹ (gerido pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR) para terminar a 1ª e 2ª etapa. Serão construídos 110 embriões, para as moradias (antigas palafitas) que ficaram com a soleira abaixo do nível do aterro e serão feitas 120 melhorias habitacionais.

¹⁹ A participação do PRODUR corresponde a recursos da ordem de 20 milhões de reais, financiado pelo Banco Mundial, além da contrapartida do Estado, para beneficiar 2.100 famílias pobres da Enseada do Cabrito - Novos Alagados e da Enseada dos Tainheiros - Alagados (Ação Municipal, CAR, 2002).

Considerações Finais

Como foi visto, a falta de políticas públicas na área social, propiciada pela política neoliberal de ajuste fiscal, fortaleceu as iniciativas das ONG's para o tratamento das questões sociais. O processo de redemocratização nos países latinos e a ampla ajuda financeira das agências de cooperação internacional permitiram a multiplicação das ONG's na década de 80. Essas organizações, no período ditatorial, possuíam uma ideologia antiestatal, e procuravam encontrar soluções para os problemas sociais, independentemente da intervenção do Estado.

Ao longo dos últimos 20 anos, as ONG's não só se multiplicaram, mas também diversificaram as suas atividades, sempre a favor das camadas mais carentes. Inicialmente, apresentaram um caráter assistencialista no campo da educação e promoção social, passando por agentes de mobilização da população, dando assessoria técnica e jurídica, proporcionando diversas conquistas sociais (acesso ao solo urbano – Recife, conquistas constitucionais – consequência da participação no Fórum de Reforma Urbana, etc.) e mais recentemente estão assumindo algumas intervenções públicas no espaço urbano, que antes era apenas da responsabilidade do Estado, mas sem substituí-lo.

Por outro lado, a escassez de recursos internacionais e o estabelecimento de novos critérios para o financiamento internacional, estão transformando as ONG's em agências prestadoras de serviços, o que pode acabar prejudicando a sua autonomia e o seu caráter de mobilizadoras sociais.

Atualmente, está crescendo a parceria entre as ONG's e o Estado, o qual, passa a reconhecê-las como elementos importantes para garantir melhores resultados na implementação de projetos de cunho social.

Dentro deste contexto, a articulação entre o Governo do Estado e a ONG AVSI, representou, uma inovação para a gestão urbana em Salvador. A referida ONG induziu e intermediou intervenções públicas na área habitacional, contribuiu para o prosseguimento nas tomadas de decisões, sendo a intermediadora entre a população e o Estado.

A proposta de intervenção elaborada pela AVSI, e executada pelo Governo do Estado, foi pioneira, introduziu mudanças qualitativas, houve uma preocupação, não só com a recuperação física (extinção das palafitas e construção de unidades habitacionais, implantação de infra-estrutura, e equipamentos), mas também com a social (geração de trabalho e renda, e cursos profissionalizantes) e com a ambiental (despoluição da Enseada do Cabrito, e do manguezal).

Com relação à experiência participativa, o projeto também inovou, de uma forma geral, a participação popular em projetos de intervenção limita-se à apresentação do projeto já elaborado, e a AVSI, na fase de elaboração da proposta do projeto piloto para a área, reuniu os moradores para a discussão. Entretanto, na segunda etapa do projeto, ocorreram contradições com respeito à participação da associação de moradores, de acordo com Idelson, a associação de moradores não foi envolvida, no que se refere ao acompanhamento das ações, desde a fase da concepção até a execução das obras do projeto e foram formados líderes de rua para acompanhar as fases do projeto, representando a comunidade, nenhum desses líderes representavam a associação.

Na verdade a relação entre a associação de moradores de Novos Alagados e a AVSI é marcada por uma “certa disputa” de interesses por determinados projetos, e pela falta de diálogo, de acordo com a entrevista com Idelson, em 1993, a associação conseguiu um projeto dedicado aos meninos trabalhadores de rua, financiado por uma organização Suíça – Cáritas, que funcionou durante 3 anos, a AVSI resolveu apresentar um novo projeto com a finalidade de construir uma cooperativa de trabalho, sem consultar a associação, a entidade financiadora, então deixou de financiar o projeto desenvolvido pela associação. Idelson critica a AVSI dizendo que a mesma quer prejudicar a autonomia da associação, na medida em que tenta administrar todo o trabalho desenvolvido por ela.

Este fato demonstra que pode ocorrer divergências entre associações de moradores e ONG's, disputas políticas ou ideológicas, o que contradiz a afirmação de que as ONG's fortalecem o desenvolvimento das bases. Mas, no presente trabalho não cabe a análise aprofundada sobre o tema. É necessário realizar investigações, pesquisas, para que uma eventual análise não seja superficial ou caia no senso comum, apenas na visão da

associação de moradores, é necessário ouvir outras entidades que representam a comunidade de Novos Alagados, a população, e a própria ONG.

Mas, é fundamental que a metodologia da participação popular se realize em todas as fases de qualquer projeto, seja na definição das metas e na implementação do projeto, para que a população se sinta responsável pelas benfeitorias e que os resultados alcançados estejam dentro da realidade da mesma, fazendo com que permaneça no local.

Voltando a análise da atuação da AVSI, no ambiente de Novos Alagados, de fato a ONG funcionou como agente de desenvolvimento, a sua proposta de intervenção buscou o desenvolvimento da área em questão. O projeto causou um bom impacto a Novos Alagados, que passou a ser notado pelo conjunto da cidade, a imagem de extrema pobreza, de poluição, de focos de doença não existe mais.

Contudo, diante do que já foi dito, não se pode afirmar que o projeto solucionou todos os problemas enfrentados pela população, mesmo porque uma intervenção localizada (pontual), produz efeitos limitados, tende a resolver necessidades imediatas, embora, o projeto ter permitido melhorias na qualidade habitacional, sanitária, de infra – estrutura, o projeto de geração de emprego e renda não alcançou grandes resultados, como mostrou a pesquisa feita na comunidade de Araçás I. Essas intervenções, portanto, servem apenas para atenuar os padrões de exclusão.

A parceria entre ONG's e o Estado é positiva, a presença dessas organizações em ações públicas, propicia uma diversidade de investimentos, e de projetos, podendo trazer uma maior qualidade para o espaço, melhores resultados de custo benefício, por isso, é fundamental que sejam estimuladas essas iniciativas, mas, enquanto o Estado não contemplar políticas de emprego, e renda, habitação, saneamento, saúde e educação, os problemas de degradação espacial, social e ambiental das cidades não serão transformados, e se perpetuará a segregação e a exclusão urbana, com projetos, e programas parciais que contemplarão apenas uma pequena parte da população mais carente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRELANO – Lopez, Sônia & Petras, James. *A ambígua ajuda das ONG's na Bolívia*. Caderno do CEAS. Salvador: CEAS, n.156, mar/abr; 1995.

AVSI. *Novos Alagados: Recuperação Ambiental e Promoção Social – Proposta para Participação da Prefeitura Municipal de Salvador na Implantação do Plano Piloto (Comunidade Nova Esperança)*. Salvador/ ba: fevereiro, 1992.

AVSI. *Novos Alagados: Recuperação Ambiental e Promoção Social*. Salvador: AVSI, 1993.

AVSI. *Retrato da Comunidade de Novos Alagados. Projeto II etapa*, fevereiro, 1999.

BAHIA: ANÁLISE & DADOS. *ONG's*. Salvador: SEI, v.7, n.4, Mar. 1998.

Bahia, Governo do Estado. CONDER. *Projeto Araçás I, II e Nova Primavera*. Salvador: CONDER. 1995.

BAHIA, Governo do Estado. *Programa Ribeira Azul. Projeto Novos Alagados*. Salvador:CONDER/Secretaria de Planejamento. Maio, 2002.

Bahia, Governo do Estado. *Projeto Novos Alagados: Recuperação Ambiental e Promoção Social em Áreas Marginalizadas da RMS*. Salvador: CONDER / Secretaria de Planejamento, 1991.

BAHIA, Governo do Estado. *Recuperação Ambiental e Promoção Social. Projeto de Cooperação Internacional Brasil - Itália. Plano operativo*. Salvador: AVSI/ Fundação Dom Avelar Brandão Vilela. Agosto, 1993.

BAHIA, Governo do Estado. *Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados. Etapa 2: Projeto de Urbanização e Reassentamento*. Salvador: Secretaria de Planejamento/ CAR / CONDER /AVSI. 1999.

BAHIA, Governo do Estado. *Plano de Reassentamento e Melhoramento Habitacional: Propostas de melhorias habitacionais para as moradias que ficarão*

em situação crítica com a implantação do projeto. Salvador: CAR / CONDER /AVSI/CDM. Dezembro, 2001.

BODUKI, Nabil, Andrade, Carlos R. M. & Rosseto, Rossella. *Arquitetura e Habitação Social em São Paulo*: 1989 – 1992. São Paulo: USP, 1993.

CAR. *Ação Municipal*. Ano VI, n. 26, nov/dez, 2002.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *In Habitar Contemporâneo – Novas Questões no Brasil dos Anos 90*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994.

GALAND, Pierre. *Não há caminho para humanizar o Banco Mundial*. Cadernos do CEAS. Salvador: CEAS, n. 155, jan./fev. 1995.

GOHN, Maria da Glória; Soares, Suely Galli; Matsubara, Marilda & Torres, Ártemis. ONG's – *Parcerias e educação popular. Cidadania – textos*. Campinas: GEMDEC/ UNICAMP, n. 3, dez.1994.

GORDILHO - SOUZA, Angela. *Habitar Contemporâneo – Novas Questões no Brasil dos Anos 90*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

GORDILHO - SOUZA, Angela. *Limites do Habitar, Segregação e Exclusão na Configuração Urbana Contemporânea de Salvador e Perspectivas no Final do Século XX*. Salvador, 1999, p. 358 - 366.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Cidadania: Agora, em dimensão planetária*. Rumos-Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos. Ano 22, n. 150. Julho, 1998, p. 16 - 19.

LANDIM, Leilah. *A invenção das ONG's - Do serviço invisível à profissão impossível*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1993

MARAMBAIA, Nara; SANTOS, Gilbert. *Análise de Pós - Ocupação em Projeto de Habitação Popular. Novos Alagados*. Salvador, 2000.

MEDINA, Miriam. *Participação e Espaço Urbano no Contexto Colombiano*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1997.

MEDINA, Miriam. Et al. *Casos e acasos de uma nova dinâmica na gestão urbana – tendências e obstáculos no contexto da Bahia*, Salvador, 1999, 14p.

MENEZES, Alexandre Queiroz de. *Cooperação internacional e construção da cidadania no Brasil*. Cadernos do CEAS. Salvador; CEAS, n.158, jul/ago; 1995.

MOTTA, Enio Laprovitera. In *Habitar Contemporâneo – Novas Questões no Brasil dos Anos 90*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

MOURA, Alois. *Organização popular e clientelismo internacional*. Cadernos do CEAS, n.133, mai./jun; 1991.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. *Organizações não-governamentais e acesso ao uso do solo na região metropolitana do Recife*. Cadernos do CEAS. Salvador: CEAS, n. 147, set/ out, 1993.

MOURA, Alexandrina Sobreira de. *Organizações não-governamentais. O terceiro setor em marcha. Rumos - Economia & Desenvolvimento para os Novos Tempos*. Ano 23, n. 164. Setembro, 1999, p. 16 - 19.

QUADROS, Terezinha. *Mudanças na economia mundial e impacto nas ONG's. BAHIA: ANÁLISE & DADOS. ONGs*. Salvador: SEI, v. 7, n. 4, Mar. 1998.

SALVADOR, Prefeitura Municipal. *Novos Alagados. Programa de Recuperação Sócio - Urbanística*. Salvador: CPM, 20p. 1992.

Salvador, Prefeitura Municipal. *Novos Alagados: Intervenções Prioritárias*. Salvador: CPM, 31 p, 1993.

SCHERER - WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

TAVARES, Ricardo Neiva. *As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas*. Coleção Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Instituto Rio Branco. Fundação Alexandre Gusmão. Centro de Estudos Estratégicos.

Redes de Informações para o Terceiro Setor :

http://www.rits.org.br/estudos_teste/ce_home_intro.cfm. Acessado em 28/12/2002.

Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais:

http://www.abong.org.br/novosite/biblioteca_pag.asp?bibli1=122. Acessado em 28/12/2003 e em 01/01/2003.

ANEXOS

Entrevista com o Representante da Sociedade 1º de Maio

Entrevistadora: Daiane Castro

Entrevistado: Idelson Moura

Situação em relação à Sociedade 1º de Maio: vice-tesoureiro, e ex-presidente da Sociedade 1º de Maio

Perguntas

1. Quais os pontos positivos e negativos de Novos Alagados?

R - Novos Alagados é uma..., uma comunidade, né?, ela iniciou em 19..., no início de 70, né, a comunidade iniciou aqui, os moradores que vieram do interior para a cidade grande a fim de emprego, já que naquele momento também, estava tendo o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Centro Industrial de Aratu, o milagre brasileiro, que tava sendo construído essas indústrias. O pessoal veio atrás de emprego, né, e essas pessoas eram mão-de-obra desqualificadas, né, então, vieram em busca de emprego, e na cidade, o único local que acolheu esse povo, foi exatamente Novos Alagados ou Alagados antigo, ou então, Novos Alagados, né, então essa comunidade, ela se expandiu ao longo do litoral, são mais ou menos 3 km de palafitas, né, que existia antigamente nos anos 70, não é? E os pontos positivos e negativos, os pontos positivos é que é uma comunidade unida, né, organizada, isso..., isso é, é público e notório, não é? que até os organismos internacionais, contam claramente que é uma comunidade unida, é..., e uma comunidade que sabe o que quer, não é? Isso é importante, então do ponto de vista, seja de educação, seja de saúde, seja de moradia, é uma comunidade que no decorrer, de, de 25 anos de existência da sua associação de moradores, que é a Sociedade 1º de Maio, sempre se reúnem, e coloca os seus pontos de vistas, e coloca as suas propostas, não é? Então, esse é o ponto positivo da, do ponto de vista da comunidade de Novos Alagados, né, é isso, é uma comunidade guerreira, e que se valoriza, não é?

E o ponto negativo?

R - É exatamente como existia antes, né, a falta de infra-estrutura, saneamento básico, então, ela, aqui na verdade, era um pólo muito grande de doenças, seja respiratória, seja de verminose, doença de pele, tuberculose, né, então, com a luta dessa comunidade no decorrer desses anos, é, houve uma transformação de água pro vinho, no que se refere a saneamento básico, né, mas, é..., as casas da forma como foram construídas, não é? Pela, através da AVSI/CDM, né, que propôs este tipo de casa, não contempla os moradores, então, os moradores, hoje, fazem uma avaliação que, essa luta que eles tiveram de 25 anos, não é? Foi em vão, e eu tenho alguns depoimentos escrito, assinado de pessoas que se acham até lesadas pela AVSI/CDM, não é? Os pontos positivos e negativos, é exatamente isso, é uma comunidade guerreira, batalhadora, que lutou 25 anos por esse projeto, que está aí, e que quando esse projeto chegou, foi uma decepção, e isso a gente vai comprovar, depois com os diversos documentos, que eu poso até de dar uma cópia.

2. Quando e como surgiu a Sociedade 1º de Maio e qual o seu papel?

R - A Sociedade 1º de Maio surgiu por necessidade dos moradores, né, em 1976. É uma comunidade de palafitados, aonde as crianças ficavam correndo nas pontes, não tinha escola, já que o local mais próximo para educação era na Ribeira, né, o pessoal tinha que atravessar de

lança, de barcos, com as barcas que existia, e existiam pouquíssimas escolas aqui na rua, né, então a Sociedade 1º de Maio surgiu dessa necessidade, necessidade de luta por moradia digna, já que o pessoal morava em palafitas, necessidade por educação, necessidade por saúde, e necessidade pela mínimas... é, coisas básicas como água, luz, até a própria abertura de ruas, e comunidade ficava cercada, por cercas de arame farpado, porque o, a, o local de terra firme, onde o pessoal tinha suas casas, achavam que com aquela ocupação de palafitas iam desvalorizar os imóveis deles, né, então, a sociedade surgiu disso, né, e o seu papel principal é a luta por dignidade dessa comunidade, né, dignidade do ponto de vista de habitação digna, educação, não é? saúde, então, esse é o grande papel da Sociedade 1º de Maio, representar esses moradores, lutando por moradia digna, por cidadania, ok ?

3. Qual é o relacionamento da Associação com a ONG AVSI?

R - Bom, a..., a AVSI/CDM, né, que é a Associação de Voluntários de Solidariedade Internacional, é no primeiro momento, no momento em que a Sociedade 1º de Maio brigou tanto por esse projeto de intervenção física e social na área de Novos Alagados, né, ela veio de Belo Horizonte, a pedido de Dom Lucas Moreira Neves, em 1992, mais ou menos, a AVSI veio aqui, por essa solicitação, já que foi D. Lucas teve um encontro com nós, da associação de moradores, a associação de moradores já tinha lutado muito anteriormente por essa questão, seja nos ministérios de habitação, com o BNH daquele tempo, seja fazendo caravanas até Brasília, seja ocupando a prefeitura da cidade de Salvador, seja fechando a Av. Suburbana por diversas vezes, interrompendo o tráfego, seja do subúrbio, como também da própria cidade, é..., fechando também a praça municipal, através dos diversos movimentos que ela fazia parte, né, então, através disso a AVSI veio, não é, naquele tempo era Ana Michelline, Lívio Michelline, que eram os coordenadores, aqui em Salvador. E foi feito um amplo trabalho com os moradores, colocando essa intervenção, como é que, como é que deveria ser essa intervenção, para que a AVSI/CDM fizessem o projeto piloto, para ser apresentado ao governo do Estado da Bahia e apresentado ao Banco Mundial, né, para o financiamento, né, inclusive, através, através da própria associação de moradores, através da própria Sociedade 1º de Maio, nós fizemos uma casa, que casa marco inicial, que foi inaugurada em 1993, essa casa, que era a casa padrão, de como os moradores queriam que fosse as suas casas, né, então, foi discutido, e tudo mais, né. E teve um momento, em que todo o esse projeto depois de pronto, ia por água abaixo, por que, quase que vai por água abaixo? Porque não tinha terras para ser transferidas as palafitas pra terra firme, para poder fazer o aterro de delimitação da área, não é? E a Sociedade 1º de Maio, através daquele tempo, Edival Passos, que era deputado do PT, e que ele fez um lobby muito grande dentro da Assembléia Legislativa, para que um conhecido invasor de terras que se chama Tarzan, ele liberasse as terras, que ele desse suporte para que o governo do Estado da Bahia comprar, desapropriar essa terra para fins sociais, no caso para construir os loteamentos Araçás I, II e III, então, naquele tempo, então, depois de tecer todos os projetos, depois de ter escritório aqui em Salvador, e tudo mais, a AVSI iria embora, sabe, ela não tinha conseguido, tinha fracassado, o projeto, mas, através dessa intervenção da associação de moradores, nós conseguimos que o Tarzan liberasse as terras, porque ele viu que a terra dele ia ser perdida de qualquer forma, porque, já havia muita, muita luta da associação de moradores, com os moradores de invasão, a gente invadia em 86 e 87, todos essas áreas foram invadidas, né, algumas ficaram com os moradores, com os moradores estão até hoje, já sofreram intervenção, mas, as áreas de Tarzan não, porque a justiça derrubava, né. Mas, como ele viu que estava sendo muito pressionado, ele achou por bem, liberar essas terras, então, aí a AVSI, ficou em Salvador, teve escritório de campo, aqui na, no, na área da associação de moradores.

Paralelamente a todo trabalho de habitação, todo trabalho de projeto, e tudo mais, existia também, uma, uma intervenção social, que nós conseguimos, um projeto em 1993, dos meninos trabalhadores de rua, era o projeto, que era, o que o ministro, 1º ministro da Suíça, teve na comunidade, a pedido do padre Gaspar, que era o pároco da área, e o ministro falou pra a

Sociedade 1º de Maio que a gente apresentasse um projeto, que ele aprovava, então, apresentamos um projeto de 3 anos para meninos em situação de rua, meninos que estava na cidade, lavando carro, vendendo amendoim, vendendo picolé, e tudo mais, né. Então, nós, para conseguirmos esse projeto, precisava de um organismo da Igreja para ser o intermediador, e como agente tinha, uma, um trabalho positivo com a AVSI, então, a AVSI ficou como repassadora desses recursos. Isso funcionou muito bem 3 anos, e nós fizemos, a assembléia geral de moradores, discutimos a situação das casas, e tudo mais, certo? Mas, de repente, a AVSI deu uma é..., a partir do momento em que a AVSI conseguiu descobrir a metodologia de trabalho da associação de moradores, no que se refere a líderes de rua, que a gente tem, a tudo isso, então, ela deu uma rasteira na gente, e sem a gente, sem nos consultar e sem a gente saber, ela apresentou para a casa da Suíça, que foi a financiadora, um outro projeto, sabe? Para acabar com esse projeto, que a AVSI tava financiando, dos meninos de rua, e apresentou um novo projeto para fazer balcões de empregos e uma cooperativa de trabalho, sem consulta a associação, não é? já que havia uma parceria, então, a AVSI, a Cáritas não financiou mais esse projeto. Mas, como o Governo do Estado da Bahia, através da FUNDAC, e do Projeto Ação Criança, sabia muito bem que era um projeto magnífico, que tava dando certo, tava sendo muito positivo, eles entraram com apoio para que o projeto não fechasse, então, nós sentimos traídos pela AVSI nesse momento, e a AVSI também começou a apresentar na Itália, nossas atividades como se fosse atividades dela, não é? e colocou claramente que a 1º de Maio não suportaria, não ficaria mais para o projeto da 2º etapa, porque, até as pessoas que financiavam a Sociedade 1º de Maio, como Terra dos Homens, entidades, é..., organismos internacionais que financiavam diversas atividades da 1º de Maio, que nós temos 9 núcleos e atendemos a 3.331 crianças, então, até esses organismos, foram, a AVSI procurou a fim de dizer que os recursos para Novos Alagados não eram pra vir mais para a 1º de Maio, e sim, eles é que iriam administrar todo esse trabalho, mas a comunidade, os moradores, é..., realmente se fortaleceram com isso e lutaram até o fim, para que não acontecesse. Então, a AVSI é parceira? É, ela nos apóia com o projeto de adoção a crianças e adolescentes, mas, nós temos que ter a nossa autonomia como associação de moradores, nós não vamos ficar de baixo dos pés de ninguém. Ok? e ainda sobre o relacionamento com a AVSI, é..., houve muito desrespeito no que se refere às propostas da comunidade, então, as propostas da comunidade como principalmente ao tamanho das casas, não foram respeitadas, não é? foram feitas diversas assembléias de moradores, então, a associação de moradores fazia assembléias de moradores, aonde o pessoal colocava a forma como deveria ser as casas, né? E a AVSI, fazia por trás, outros encontros com pessoas até pagas para assinar documentos, esses, dizendo que estavam aceitando essas casas, que para a comunidade, essas casas que foram construídas, se chamam pombais, e não casas. Ok ?

4. Com relação às intervenções, a comunidade participou na fase de elaboração e implementação dos projetos? De que forma?

R - No primeiro momento, a comunidade participou, em 93, para a implantação do projeto e para que o projeto fosse aprovado, não é? porque o Banco Mundial só, só aceita, não é? trabalhar, financiar comunidades organizadas, e se viu que, a comunidade de Novos Alagados, é uma comunidade organizada, né, então, no momento em que a AVSI teve todo esse subsídio, não é? com essa participação, que na verdade, ele, ele quis na verdade saber a forma da gente trabalhar, não é? depois que eles tinham o banco de dados dele, todas as informações, então, chegou o momento que eles, bom, não precisamos mais da Sociedade 1º de Maio, não precisamos mais da associação de moradores, então, vamos descartar a associação de moradores. Então, começou a fazer, formar líderes de rua, que realmente, é, a ..., eles têm um projeto de 45 líderes de rua, que por incrível que pareça, esses líderes foram líderes eleitos, grande quantidade deles, por um voto, você entendeu? Os outros, por dois votos, e no máximo 4 votos, não é? isso é um absurdo, a Sociedade 1º de Maio quando faz suas eleições de diretoria, a quantidade de votos que nós temos, são de setecentos e poucos votos, e eles elegeram líderes deles, com 1 voto, isso é..., é drástico.

Então, nós, participamos no primeiro momento, no segundo momento, fomos aleijados de todo o processo, não participamos do processo, e sempre fomos colocados de escanteio, íamos para a reunião de penetra.

A AVSI colocou que a Sociedade 1º de Maio é uma pedra no caminho deles, porque a gente, fizemos várias mudanças, era casa com parede meia, a gente não aceitou, entendeu? Era casa com, com muitas coisas que a gente não aceitou, mudamos o projeto, sabe, a presidente da CONDER, naquele tempo era Sônia Fontes, então, conseguimos mudar, já, essa 2ª etapa, quando eles dizem que a Sociedade 1º de Maio, não fazia parte, inclusive até a própria, própria pesquisa, que eles fizeram na área, eles descartaram totalmente os equipamentos comunitários da 1º de Maio, não é? como eles fizeram isso?, simplesmente, os moradores reconhecem as escolas comunitárias que funcionam nos outros lado da 2ª etapa, como é... por exemplo, Jerry é o coordenador da 1º de novembro, aí, o pessoal diz, há! eu vou na escola de Jerry. No Boiadeiro, é um outro local que uma outra coordenadora, então, na hora que entrevistava os moradores, “seu filho estuda aonde?” “há!, ele estuda lá na escolinha do Jerry”, que o pessoal quer dizer é 1º de maio, mas eles colocam como banca, e não como..., então, a ..., a Sociedade 1º de Maio é desconhecida, na área de São Bartolomeu e Boiadeiro pela AVSI, apesar de que a 1º de Maio, é a que foi fundadora desses locais. Entendeu ?

5. Houve alguma resistência da população em relação à implementação do projeto?

R - Total resistência, porque os moradores como eu falei antes, lutaram pra ter casas dignas e não pombais, ok ? então, as casas, o pessoal que..., houve muita resistência, e a AVSI, realmente, colocou o seguinte, ou aceitava aquela ou nada feito, não é? então, eu tenho depoimentos aí, que eu vou tirar xerox e dar pra você, que você vai ver qual é a forma de resistência que o pessoal tem, o pessoal brigava, porque é..., veja bem, o pessoal precisa da laje da casa para os futuros filhos, né, o filhos vão ter filhos, né, e aí o que., que acontece, eles sempre deixava, a laje para que eles fizessem a casinha deles em cima. Com essa proposta que a AVSI fez, não existe forma nenhuma de ampliar a casa, né, e o pessoal não concordou com isso, então, o que é que está acontecendo hoje, as casas estão sendo vendidas por dois mil reais, porque o pessoal não está se sentindo bem dentro daquelas casas, é uma casa abafada, fechada, sabe? Então, isso é grave, é dinheiro público que está sendo usado para fazer, construir pombais, é o dinheiro público que está sendo usado para fazer verdadeiros cortiços. É uma vergonha o que eles fizeram, e como é que está agora, é uma vergonha, não é?. Nos Araçás, eles construíram, foram 250 e poucas residências, 16 caíram, todas as outras estão ruínas, o CREA esteve aqui, e toda comunidade tá condenada, porque as casas foram construídas em cima... como se fosse em cima de um pudim, porque o terreno não foi, é..., trabalhado. Na Nova Primavera, que é esse novo loteamento que eles disseram que..., até o CREA teve aqui, falou que o material é de primeira qualidade, foi tratado, o terreno e tudo mais, têm casas que estão rachando lá, já estão rachando lá. Então, a resistência foi total da população, e ..., e hoje, as casas estão sendo vendidas, porque não era a casa que o pessoal aceitava, que o pessoal lutou.

6. Todas as reivindicações da população foram atendidas? Quais?

R - Na 1ª etapa do projeto, não é? as reivindicações foram atendidas no que se refere à parede meia, a estrutura da casa, foram atendidas. Mais, na 2ª etapa, nada foi atendido, sabe? nada. É um projeto imposto, nós já denunciemos pra tudo que é de direito.

7. Qual a sua opinião sobre o trabalho da AVSI? Está satisfeito?

R - Olha, o trabalho da AVSI, na teoria é o mais magnífico possível, porque é um trabalho que, que pretende..., é um trabalho de pretensão de erradicar favelas, até aí, tudo bem, não é? agora a metodologia que é imposta para alcançar esse objetivo é que é nefasto, porque é uma

metodologia de desconhecer as associações de moradores, é uma metodologia de impor, e comprar, cooptar lideranças, não é? então, por que? Porque esse trabalho de..., de..., de melhorar as favelas, poderia ser trabalhado com a associação de moradores, não é? a comunidade tem propostas, a associação de moradores houve a comunidade, então, não é porque a associação de moradores tem diversas exigências que ela deve ser retirada do processo, isso não é democracia.

8. A ONG trouxe benefícios, quais?

R - Trouxe benefícios do ponto de vista social, não é? no que se refere a equipamentos comunitários, porque, não é porque a Sociedade 1^a de Maio não foi contemplada, que nós vamos desconhecer por exemplo, a creche João Paulo II, a creche João Paulo II está atendendo crianças da comunidade, não é? o Centro Educacional João Paulo II, está atendendo a comunidade, nós achamos isso magnífico, porque quanto mais pessoas estiverem aqui para atender, eu acho que..., sabe/ é bom..., agora, só que as outras entidades que estão na área devem ser respeitadas, tem haver respeito, é..., eles têm o José Eduardo, que é pedagogo, que foi um menino que foi criado dentro da associação de moradores, foi um menino que estudou na comunidade, não é? mais de repente é..., impõe a esse menino que ele faça até um paralelo do banheiro que o Centro Educacional tem, e o banheiro que a associação, os meninos da comunidade tem, ora! Isso não existe, como é que vai dizer “olha, vocês estudam no Centro Educacional João Paulo II, olha só, venham visitar, venham ver como é o banheiro que vocês usam, vocês conhecem o banheiro da associação dos moradores? Das escolas da associação de moradores? É péssimo!” Entendeu? Então, isso é antiético até, não é? Vamo lá!

9. O que pode ser melhorado em Novos Alagados?

R - Olha, uma comunidade que existe há quase 30 anos, aonde toda semana eles estão reunidos, uma comunidade que conquistou um projeto como esse em Novos Alagados, que praticamente é o único projeto de intervenção concreta na cidade, ou até no Estado, não é? Então, o que deve ser melhorado, é ouvir a proposta que o pessoal tem, suas casas como devem ser construídas, não é? Ele não pode chegar e dizer “Há! Morava em palafitas, então, essa casa aí está ótima”! Não! é..., a palafita..., para manter aquela palafita, o pessoal gastou dinheiro também, não é? Aqui não aconteceu um terremoto, aonde o pessoal perdeu tudo, e agora o governo ta dando casas, não! Ta vendo uma troca uma troca, o pessoal ta trocando as palafitas que ele tem, que é uma casa humilde, mas, muitas palafitas é mais digna do que essas casas que eles construíram, e isso você pode ver nos depoimentos que eu vou dar para você. Então, o que pode ser melhorado é a transparência, sabe? Nós, não sabemos, eles nunca passaram para a comunidade quanto é que se gastou, sabe? Sabemos que a AVSI tem 200 milhões de dólares para trabalhar com o social, mas, só que eles apresentam o projeto, com todo o trabalho da comunidade, muito belíssimo, que a comunidade lutou, que a comunidade fechou a Suburbana, mas, só que todo o recurso é em proveito próprio, não é? Nós temos uma proposta clara aqui, não é? Veja bem, eu vou mostrar essa foto aqui, a AVSI fez essas casas aqui, não é? Isso aí, foi uma luta da 1^o de Maio, desde 1998, o que é essa luta aí? Foi aterrada a comunidade, não é? Algumas palafitas foram para os loteamentos, o pessoal recebeu as casas construídas, embriões, pequenos, de qualquer forma recebeu, não é isso? E outras ficaram no local, como essa e essa daqui, então, ela ficou abaixo do nível do aterro, quando chove, essa casa é toda inundada, porque aqui tá baixo, pra entrar nessa casa, entra pela janela, não é? você vê que essa casa ta construída, tá bonitinha, então, quais foram os critérios utilizados para fazer essa casa aqui e essa não? Essa casa daqui, é uma pessoa que mora lá desde 93, morava quando era uma palafita, ta? Essa casa daqui é minha prima, ela não tá morando nessa casa, ela tem uma casa de 3 andares, que ela construiu, comprou o terreno, com esforço dela, e tudo mais, construiu a casa dela, entendeu? Agora, por que é que essa não foi beneficiada? entendeu? ele é o meu irmão. Eles usaram critérios, e um dos critérios é a perseguição, é meu irmão, eu to criando problema, eu tô denunciando as coisas, entendeu? “Não,

o irmão dele, não vamos fazer”, a Sociedade fez uma carta, procurando saber qual era os critérios, essa carta foi entregue no dia 11/10/02, até hoje não houve resposta.